

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

**CRESCIMENTO, CRISE E QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL:
UMA VERIFICAÇÃO DAS DÉCADAS DE 70 E 80.**

RANIERI FERREIRA TORRES

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA
NOVEMBRO/1997

RANIERI FERREIRA TORRES

**CRESCIMENTO, CRISE E QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL:
UMA VERIFICAÇÃO DAS DÉCADAS DE 70 E 80.**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado da Universidade Federal da
Paraíba – Campus II. Em cumprimento
às exigências para obtenção do grau de
Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia Rural.

ORIENTADOR: Robério Ferreira dos Santos

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

NOVEMBRO/1997



T693c

Torres, Ranieri Ferreira

Crescimento, crise e qualidade de vida no Brasil: uma verificacao das decadas de 70 e 80 / Ranieri Ferreira Torres. - Campina Grande, 1997.

84 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Crescimento Economico - Politicas Sociais. 2. Qualidade de Vida - Populacao - Brasil. 3. Indicadores Sociais - Crise. 4. Dissertacao. I. Santos, Roberio Ferreira dos., Prof. Dr. II. Universidade Federal da Paraiba, Campina Grande (PB) III. Titulo

CDU 330.3(81)"1970/1980"(043)

À memória de meu pai, João Ferreira, por tudo que ele representou para minha vida e formação profissional;

A minha mãe Hilda;

A Rose, pelo estímulo, pela presença e cooperação constantes;

Catarina e João Victor, pela paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível pela cooperação de um conjunto de pessoas. Queremos, pois, com todos compartilhar:

- A Robério, orientador, amigo, competente.
- Aos meus colegas de turma, em particular àqueles que transformaram-se em amigos nos momentos difíceis: Damião, Karla e Luíra.
- Aos professores e colegas funcionários.
- Ao IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. À sua diretoria e em especial a Marcelo Rubens, pela sua presteza em fornecer os dados por nós solicitados.

RESUMO

O presente estudo objetiva mostrar a evolução do nível de qualidade de vida da população brasileira no decorrer das décadas de 70 e 80. No primeiro momento quando o Brasil vivia um período de grande dinamismo econômico, o chamado crescimento acelerado, com expansão do emprego à uma taxa de 7% ao ano, muito acima da elevação da população economicamente ativa (PEA). Isto se verifica concomitante e paradoxalmente à uma crescente desigualdade social e à uma péssima distribuição de renda. Em contrapartida, nos anos 80, período conhecido como "década perdida" ou de estagnação econômica, evidencia-se um quadro diferente, que se caracteriza por um notável progresso de alguns indicadores sociais que ocorre não obstante à recessão que caracterizou a década, tal como a esperança de vida ao nascer, que melhora substancialmente nos anos 80, quando comparado aos anos 70, assim como a diminuição em termos percentuais do número de analfabetos e o de habitantes por médico. No que se refere aos coeficientes de mortalidade infantil, o que se observa é uma queda para cerca da metade daqueles vistos em 1970. Ainda nos anos 80, merece destaque a emergência da agricultura como uma liderança no setor econômico, que passa a funcionar como força estabilizadora que amortece o colapso do crescimento de renda. É importante salientar que esta significativa melhora em alguns indicadores sociais em plena "paralisia dos indicadores econômicos", é atribuída ao pacote de investimentos sociais executados na década de 80 pelo Estado. A partir dos dados disponíveis, construiu-se um índice o qual se prestará à análise quantitativa da qualidade de vida, usando-se como subsídio seis indicadores sociais, quais sejam: mortalidade infantil, esperança de vida, renda familiar, taxa de desemprego, taxa de analfabetismo e grau de escolaridade. Os dados estudados concernentes a esses indicadores apontam para um agravamento crescente da qualidade de vida no país, conseqüente sobretudo à deterioração de alguns índices na região Nordeste e estagnação, ou até queda dos mesmos índices, em estados da Região Sul.

ABSTRACT

The present study aims to show the development of the quality level of the Brazilian population life within the 70s and 80s, in the first moment when a time of great economic dynamics, the so called fast growth, rising employment at a 7% rate year, right above the economic working population.(PEA). This is observed, at the same time and contrastly, as a raising inequality to social matters, and to a so bad income distribution.

On the other hand, during the 80s, a time known as "The lost decade" or an economic stagnation, it's seen a different gap, which is marked by a remarkable progress of some social indicators on the 60, despite of delay which was a feature to the decade, such as the life expectancy that improves greatly in the 80s, comparing to the 70s, as the illiterate percentage and number of inhabitants per doctor.

Concerning to the child mortality rates, what is observed is a decrease to about half of the rates checked in 1970. Back to 80s, the agriculture emergency is outstanding as a leader in the economic matter, which begins to work as balancing power making the income grow a bit soft. It's remarkable to say that this outstanding improvement about some social indicators during a "whole economic stop" is related to the package on social investment, done by the state in the 80s.

From this analyses on an index has been built to be checked for life's quality and quantity, making use of six social indicators, such as: children mortality, life hope, family income, unemployment rate, illiterate rate, and scholar level.

The studied data concerning to these ranges shows an increasing damage in the life quality in the country, following, in all, to the deterioration of a few views in the Northeast region and stagnation or even the fall of the same matters in the South region

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	11
CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 70 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS.....	11
1.1. BREVE HISTÓRICO DA NATUREZA DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NA DÉCADA DE 70	11
1.2. AS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS DO CRESCIMENTO ACELERADO	24
CAPÍTULO II	32
A CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 80 E AS POLÍTICAS SOCIAIS	32
2.1. A EVOLUÇÃO DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80	32
2.2. REDUÇÃO DA POBREZA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS SOCIAIS	36
2.3. CRISE, AGRICULTURA E QUALIDADE DE VIDA	42

CAPÍTULO III	55
CRESCIMENTO, CRISE E QUALIDADE DE VIDA.....	55
3.1. QUALIDADE DE VIDA.....	56
3.2. METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA.....	62
3.3. ANÁLISE DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA.....	66
CONCLUSÃO	77
ANEXOS	79
BIBLIOGRAFIA.....	81

INTRODUÇÃO

Das diversas fontes que constituem o conjunto das interpretações acerca do desenvolvimento econômico de uma dada sociedade, a que merece maior destaque pela sua abrangência é, sem dúvida, a análise do problema do nível da qualidade de vida. Esta é uma referência fundamental, ponto de estudo obrigatório para o aprofundamento de trabalhos sobre a trajetória e o desempenho da economia brasileira.

Sabe-se que o Brasil ocupa hoje uma incômoda posição entre os países latino-americanos, no que se refere aos indicadores básicos que se prestam à análise da qualidade de vida. Destaque-se que, em algumas regiões mais pobres do Nordeste brasileiro, a análise desses indicadores assemelha-se à de países da Ásia e da África.

Dessa forma, espera-se diante deste quadro, que o presente trabalho possa se constituir em uma forma de contribuição efetiva para a análise do processo de desenvolvimento econômico do Brasil, com ênfase na questão da qualidade de vida, especialmente no sentido de proporcionar uma maior adequação às reais necessidades da sociedade brasileira, como também suscitar novas reflexões sobre o tema.

O objetivo do trabalho é estudar o desempenho do nível de qualidade de vida, durante as décadas de 70 e 80. A primeira foi caracterizada pelo conhecido ciclo chamado de crescimento acelerado, edificado sob os ditames da "industrialização a qualquer custo" e na ação governamental que elaborava e executava as políticas econômicas que, por sua vez, objetivavam o crescimento mediante a intervenção no sistema produtivo e na regulamentação da economia nos períodos de crise.

Nesta seqüência de crises e efeitos do crescimento, foi verificado que no processo do crescimento acelerado, mesmo com o aumento do emprego e a elevação da renda per capita, como também um incremento do consumo, o Brasil passou a experimentar um crescente desequilíbrio social. Com relação ao baixo desempenho dos índices de desenvolvimento humano, que compreende os indicadores de

expectativa de vida, alfabetização, saúde e outros, comprometendo sobremaneira a qualidade de vida da população.

Diferentemente do padrão de crescimento observado nos anos 70, o quadro correspondente aos anos 80, marcado por grandes oscilações na taxa de crescimento, chegando a médias muito baixas, estagnação da renda per capita e produto real crescendo apenas 1,5% ao ano, observando-se pequenos sinais de melhoria nas condições sociais. Nesse contexto, cabe enfatizar a importância do Estado, que através das políticas sociais, algumas de cunho compensatório, impediu que o quadro de carências adquirisse proporções ainda mais graves.

É verdade que, ao longo dos anos 70, a porcentagem de pobres no total da população do país, reduziu-se significativamente, por conta do crescimento do produto. Porém, esta tendência não foi sustentada. Durante os anos 80 o baixo crescimento fez com que o nível de pobreza permanecesse aproximadamente constante ao longo do tempo, apesar de algumas melhorias que já foram citadas. Dessa forma, a persistência dos elevados níveis de pobreza sugere que esta questão deva estar ligada a fatores estruturais diretamente relacionados ao processo de concentração de renda. Isto nos leva a elaborar o seguinte questionamento: Qual o destino da pobreza e da desigualdade no Brasil?

Dessa maneira, procurou-se neste trabalho analisar o desempenho dos diferentes indicadores sociais nas décadas de 70 e 80 a partir da construção de um índice para a análise da qualidade de vida entre os períodos de crescimento econômico e de crise.

CAPÍTULO I

CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 70 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS.

Neste capítulo pretende-se mostrar que, apesar das elevadas taxas de crescimento do produto interno na década de 70, a qualidade de vida da população não apresentou o mesmo desempenho, apesar do aumento do emprego e da participação dos pobres na renda, o que sugere que a questão não foi tratada no sentido de desenvolver os indicadores básicos essenciais à vida da população, tais como: saúde, educação, habitação e segurança.

1.1. BREVE HISTÓRICO DA NATUREZA DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NA DÉCADA DE 70.

Para iniciar a abordagem histórica da economia brasileira é interessante observar que desenvolvimento econômico não se confunde com crescimento econômico. Em contrapartida, para que haja desenvolvimento, necessariamente deve haver crescimento. Por conveniência de análise, considerar-se-á desenvolvimento econômico tudo o que estiver associado às condições de vida da população e à qualidade de vida, seguido de mudança estrutural na economia.

O desenvolvimento econômico, a médio e a longo prazo, depende fundamentalmente de fatores como acumulação de capital, novas tecnologias, gastos com educação e saúde, que promovam a qualificação dos trabalhadores, garantindo assim melhorias nas suas condições de saúde e nutrição e, por conseguinte, uma infra-estrutura econômica mais sólida e eficiente.

Ricardo¹ e demais defensores do livre comércio defendem que o desenvolvimento deveria convergir naturalmente e ser uniforme entre os diversos

¹ NAPOLÉONI, Cláudio. *SMITH, RICARDO, MARX*. Ed. Graal Rio de Janeiro, 1978, pg. 85.

países. O livre comércio e o livre fluxo de capitais poderia ser o canal perfeito. Os países com vocação na produção de determinados bens tenderiam a especializar-se e produzi-los com eficiência e, assim, conseguir no comércio internacional os bens de que necessitassem. Isto levaria o capital a acumular-se uniformemente no mundo.

Esta concepção sofreu várias críticas, principalmente na América Latina, como a de Raul Prebisch que separa centro da periferia como dois grupos distintos, os primeiros eram especializados na exportação de produtos manufaturados e importadores de matérias-primas, enquanto os segundos faziam o inverso. Segundo esse autor, esta "livre forma de mobilidade de capitais" tenderia à deterioração dos termos de troca dos países periféricos, levando os ganhos de produtividade, em nível mundial, a concentrarem-se nos países do centro. O livre comércio não se constituiria assim em alternativa para o desenvolvimento dos países periféricos. Para estes se desenvolverem restaria romper com o ciclo vicioso colocado pela tendência à deterioração dos termos de troca, o que só poderia ser obtido através da industrialização.

A industrialização seria, portanto, a forma de se obter o desenvolvimento econômico, aumentando a produtividade do trabalho e adquirindo uma dinâmica própria. Para que isto ocorra é necessário o investimento, ou seja, a incorporação de bens de capital que permita elevar a relação capital/trabalho, alterando as possibilidades de produção econômica, nos níveis quantitativos e qualitativos.

⊗ No que diz respeito à quantidade, deve ocorrer liberação da mão-de-obra antes empregada nas atividades primárias, para a nova ocupação, provocando um êxodo rural na tentativa de suprir as necessidades quantitativas de mão-de-obra da indústria. No que se refere à qualidade, esta abrange questões como saúde, educação, moradia, entre outras.

O comportamento econômico dos países subdesenvolvidos que passam pela industrialização é marcado por ciclos de expansão e retração do crescimento. Foi assim no Brasil, onde esse processo se deu marcado por flutuações cíclicas, as quais comprometeram sobremaneira a sua qualidade.

Neste sentido, considerando-se o crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida e a alteração da estrutura produtiva como sendo elementos fundamentais na obtenção de bens mais complexos e mais eficientes do ponto de vista do desenvolvimento, o Brasil não pode ser considerado exatamente um padrão de país bem sucedido, isto porque a idéia de desenvolvimento está associada às condições de vida da população e à sua qualidade de vida.

A persistência de elevados níveis de pobreza, apesar do crescimento do produto, sugere que esta questão deva estar ligada a fatores estruturais, diretamente relacionados ao processo de concentração de renda e aos desníveis regionais. Portanto, estudar os principais determinantes das disparidades regionais e da renda é um passo fundamental para entender as razões pelas quais o Brasil apresenta um baixo e persistente nível de qualidade de vida.

Durante o período de 1970-1973, os resultados do programa econômico, político e social posto em prática pelo regime militar desde 1964, parece ter atingido seu ponto mais alto com taxas de crescimento em torno de 7% ao ano e com uma ampla transformação na base produtiva e nas condições de vida da população. Isto a partir da passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia industrial, com o conseqüente processo de urbanização.

Para que estas transformações ocorressem foi necessário que o quadro institucional se modificasse juntamente com as formas de organizações sociais. O referido período foi, ao longo do tempo, marcado por descontinuidades e rupturas. No caso do presente estudo, este limitar-se-á a analisar o chamado período do crescimento com endividamento externo, que corresponde ao Milagre Econômico, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), PND I (1968-73) e PND II (1974-79).

O referido período correspondente a 1968-73 foi marcado pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro na história recente, com relativa estabilidade de preços. A taxa média de crescimento do produto situou-se acima dos 10% a.a., com

destaque para o produto industrial, enquanto a taxa de inflação permaneceu entre 15 e 20% a.a., no período².

Esta situação favorável da economia do país se deu em decorrência das reformas institucionais e da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada do crescimento. Além disso, a situação da economia mundial oferecia condições que permitiam a superação das taxas de crescimento até então conhecidas³.

O principal objetivo do governo neste período era a promoção do crescimento econômico e a contenção da inflação, sendo considerado tolerante um convívio com uma taxa de inflação em torno de 20% a 30% a.a., através de política de redução gradual, contrária àquela praticada no período de Campos e Bulhões, o chamado "tratamento de choque"⁴.

O governo do chamado "Milagre Econômico" apoiava-se sobre dois grandes pilares: o da segurança, comandado pelo ministro do exército, general Orlando Geisel, e o da economia, chefiado exclusivamente pelo ministro Delfim Neto, que modificou totalmente o antigo ministério do planejamento dos tempos de Roberto Campos, o qual havia se tornado uma espécie de centro de coordenação de propostas dos outros órgãos, o que resultou num extremo distanciamento entre este órgão de planejamento da realidade social e a política do país⁵.

O então ministro da fazenda passou a centralizar todo o poder de decisão da política econômica, à sombra do AI-5 e reforçado pela 1ª junta militar, o que levou o senhor Delfim Neto a expandir em sua dimensão maior os ventos da economia, mediante sua concepção pragmática de desenvolvimento, uma vez que não havia qualquer controle por parte do legislativo.

² TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de. *O Grande Salto para o Caos: A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário*. Ed. ZAHAR, Rio de Janeiro, 1985, pp. 33-34.

³ Idem anterior.

⁴ Idem Ibidem, p. 35.

⁵ TAVARES, Maria da Conceição. Op. Cit., p. 39.

O comportamento do Governo frente aos destinos da economia do país privilegiou grupos econômicos e um seletivo grupo do serviço público, nos quais se observou a proliferação de milhares de postos de executivos e de gerentes nas grandes empresas públicas e privadas, com altos vencimentos e um padrão de vida comparável ao de países do primeiro mundo. Surgia também uma camada social média urbana que comandava os esquemas comerciais e os sistemas financeiros.

O debate crítico em torno das questões política e econômica ficou restrito aos técnicos dos gabinetes do planejamento e aos centros financiados por fundações estrangeiras (os brazilianists), que chegando aqui, contrários ao autoritarismo militar e defensores da distribuição da renda, terminaram por se embriagar e se impressionar com o dinamismo da economia.

Aos poucos, tornava-se clara a estratégia da acumulação capitalista em curso, que na prática significou a retomada do consumo, favorecida pela política expansionista de crédito que levou a classe média ao endividamento e à diferenciação de sua capacidade de consumo. Decorrente ainda da estratégia de acumulação capitalista, foi o rápido crescimento das importações e exportações, facilitado pelo mercado mundial, assim como o crescimento de setores da construção civil, de transporte e de material elétrico incentivado pelo investimento público e privado internacional, representado pelas filiais das empresas estrangeiras.

Faz-se mister destacar que a busca do crescimento colocava-se como uma necessidade a fim de legitimar o regime militar e justificar sua intervenção na nova ordem político-institucional e econômica do país, recolocando-o nos caminhos do desenvolvimento.

Decorrente desta tendência, o Estado se coloca como agente econômico direto e regulador das atividades econômicas e, também, por excelência, o agente básico na definição e manutenção da "ordem social", correspondendo ao projeto econômico a que serve. Essa função consiste fundamentalmente em estabelecer e estabilizar as relações de dominação do capital sobre o trabalho.

Durante o período que vai de 1970 a 1973, os resultados desta tendência expansionista do Estado brasileiro aponta um crescimento dos gastos com a administração dos projetos do capital multinacional, de 30% em 1970 para 50% em 1973. Já os gastos com o bem-estar social são drasticamente reduzidos, de 4% do total no período de Costa e Silva, para 2% do total no período Médici. Os gastos com capital humano são reduzidos a 6% do total e os com segurança representam 23% do total⁶.

Percebe-se claramente, na análise desses dados, a determinação do Estado em servir ao capital multinacional.

A partir dessa apreciação, é possível se falar em aceleração do crescimento econômico e na conseqüente redução da pobreza absoluta, as quais se traduzem nas melhorias dos principais indicadores sociais que correspondem, por sua vez, à melhoria absoluta da renda e do bem-estar social. Isto, entretanto, se dá de forma simultânea ao agravamento da desigualdade na distribuição da renda e aos desbalanceamentos regionais e urbano-rurais.

Esta concepção aponta para uma constatação de que o país passou a experimentar um dinamismo econômico com crescente convergência social, com uma expansão do emprego industrial à taxa de 7% ao ano muito acima da elevação da população economicamente ativa (PEA) e a redução da pobreza absoluta de 46% das famílias em 1970, que era de 50% em 1960, para 20% em 1980.

Segundo o estudo do Fórum Nacional, o índice de desenvolvimento humano (que compreende os indicadores de expectativa de vida, alfabetização e renda per capita) se elevou na década de 70 para algo em torno de 30%, enquanto o nível de vida que abrange os indicadores de educação, saúde, pobreza, habitação, consumo de bens duráveis e serviços públicos, teve um aumento de 52%. Além disso, ocorreu uma grande mobilidade social na ocupação, tanto entre gerações como dentro da mesma geração.

⁶ ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO IBGE, 1952 - 1974 e 1963 - 1974.

Ao lado disso, o final dos anos 70 assistiu a um importante fenômeno, qual seja o surgimento de um mercado de consumo de massa, com grande expansão do emprego e aumento real dos salários. Nesse período verificou-se uma enorme diversificação de consumo, tanto de bens duráveis como de bens não duráveis, em significativas categorias da população.

Dessa forma, a partir dessa análise, seria razoável afirmar que a experiência brasileira na década de 70 teve no crescimento econômico o fator mais importante na redução da pobreza, muito mais até que as próprias políticas especificamente elaboradas para combatê-la. Este argumento da eficácia do crescimento como redutor da pobreza resultou, evidentemente, da comparação entre o desempenho da economia e os níveis de pobreza observados entre as décadas de 70 e 80.

Embora os efeitos do crescimento sobre a redução da pobreza sejam amplamente reconhecidos, o que ocorreu no Brasil na década de 70 ficou de certa forma obscurecido pelo debate que se travou em torno das desigualdades relativas à renda, as quais se mantiveram, no período, extremamente elevadas.

Um balanço da situação social do Brasil na década de 70 permite concluir que, na verdade, o dinamismo econômico verificado no período foi acompanhado de um processo de convergência social envolvendo, além da redução da pobreza já mencionada, a elevação da participação dos 40% mais pobres na renda e a formação de uma sociedade de consumo em massa⁷.

O crescimento econômico acelerado do período "Milagre" caracteriza, segundo Maria da Conceição Tavares, uma situação de pleno emprego, devido à ocupação da capacidade ociosa. Isto fez surgir, segundo esta autora, alguns desequilíbrios, que provocaram pressões inflacionárias e o descontrole da balança comercial. A continuação da política expansionista, já nos fins de 1973, dependeria da situação econômica internacional, a qual apresentava um elemento novo, que era a crise do

⁷ ALBUQUERQUE, C. F.; VILLELA, R. C. de E. "Situação Social no Brasil, um balanço de duas décadas".

petróleo, com o aumento do preço do barril que subiu 400% por uma decisão dos países membros da OPEP.

Em 1974, a balança comercial apresenta um déficit vultoso, passando de 6,1 bilhões em 1973 para 12,6 bilhões em 1974⁸, provocando um enorme desequilíbrio. Isto em decorrência das importações do petróleo, dos bens de capital e dos insumos, necessários para manter o nível de produção. Este quadro representava a perda real de recursos para o exterior. A manutenção dos níveis de investimento significa maior sacrifício para o consumo e, para recuperar as taxas de crescimento, era necessário maior investimento. Este contexto revela o estreitamento das alternativas de crescimento e a tendência natural da desaceleração da economia expansionista.

No quadro político interno o poder representado pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) sofre a primeira derrota política para o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o que mostrava a insatisfação do eleitor com o regime naquele momento. Este fato levou o governo a abandonar as tentativas de conter a demanda e buscou retomar o processo de desenvolvimento lançando o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) em fins de 1974.

O Plano, de cunho ambicioso, previa uma profunda modificação da industrialização brasileira, pretendendo, de forma simultânea, concluir o ciclo da instalação da indústria pesada, completar o parque industrial de insumos básicos e de bens de capital intermediários e expandir os serviços de infra-estrutura econômica, a cargo das empresas e autarquias estatais sobretudo nos setores de energia, transportes e telecomunicações. De outra forma, para que o II PND aparentasse uma relação harmônica entre o capital e o trabalho, o Estado, além de garantir os objetivos do capital, teria que agregar e manter o equilíbrio entre as partes, que eram o capital estatal e privado, o nacional e internacional.

O II PND propiciou que muitas empresas de capital estrangeiro se instalassem no país, enquanto outras ampliaram suas instalações, uma vez que os créditos

⁸ SANDRONI, Paulo. *Balança de Pagamentos e Dívida Externa*. Ed. Ática, São Paulo, 1989, p. 41.

externos eram abundantes e "baratos", assegurados pelas empresas estatais para financiar ambiciosos empreendimentos, como os gigantescos programas de energia.

Além disso, o II PND trouxe consigo dois problemas fundamentais para a sua implantação, quais sejam o apoio político e o financiamento do processo. Isto levou o Estado a transformar-se num "Estado Empresário" e a assumir o plano, colocando as empresas estatais como agente central de suas transformações.

A natureza do financiamento externo era, na verdade, instável e temerário, uma vez que as linhas de crédito eram renovadas a cada seis meses, com base na taxa de juros do mercado europeu, em conjunto com os bancos norte-americanos, o que, sem dúvida, representava um empreendimento inseguro para projetos a longo prazo.

Além disso, grande parte dos dólares era convertida em cruzeiros e reciclados por agentes financeiros internos para pagamento das grandes construtoras. Foi desta maneira que surgiu no país o processo de intermediação financeira que "dolarizou" o sistema de crédito interno e amarrou a política financeira nacional ao dólar no mercado internacional.

Três visões ideológicas diferentes justificaram o apoio a este tipo de desenvolvimento: Uma, em nome do princípio de "soberania nacional", apoiada pelo senador Roberto Saturnino, com base no programa nuclear. Outra, que apostava na necessidade do desenvolvimento de uma "base técnica" da economia e de suas forças produtivas. E enfim, outra visão sustentada pelo surgimento de um empresariado nacional dinâmico e empreendedor, capaz de dar um salto para o estágio de promotor da tecnologia nacional.

A retomada da inflação, em meados de 1973, por conta basicamente do alinhamento dos preços internos aos preços externos, devido à alta de preços que ocorreram no mercado internacional, é vista como uma questão natural dentro de uma economia internacionalizada. Em relação ao Brasil, o efeito principal ocorre porque os setores mais afetados são aqueles cuja produção pode ser destinada simultaneamente ao consumo interno e à exportação. O incentivo às exportações de

matérias-primas de origem agrícola termina determinando os preços da produção interna. Com isso, os preços agrícolas sobem e em consequência há remarcação dos preços industriais e redução das margens de lucro das grandes empresas de setores de consumo em massa, o que vai promover uma queda no poder de compra por parte dos assalariados em 1973 e 1974.

Os preços sofrem nova onda de aumentos decorrentes da elevação do preço do petróleo em 1974, no momento em que a produção industrial estava em uma situação de declínio por conta da generalização do aumento dos preços e da consequente e já citada queda no poder de compra.

A situação em 1974 foge à sistemática anterior em razão de fatores aparentemente contraditórios. Isto é, de um lado a pressão da alta dos preços dos petróleo, de outro lado, o impulso de uma política expansionista numa situação de rigidez da oferta interna, aliados à possibilidade de endividamento externo o que criou a falsa euforia de que tudo continuaria como antes, sendo a turbulência externa um incidente passageiro. Esse falso diagnóstico levou o país a abrir as portas às importações. Essa visão decorria da idéia de que a conjunção do uso da capacidade ociosa e da grande prosperidade nos países industriais, principais importadores do Brasil e do endividamento externo em condições favoráveis, podia ser considerada como uma situação normal.

As empresas tendem a se endividar a partir de 1975 com as crescentes taxas de juros. Além disso, também os consumidores são levados ao endividamento profundo na tentativa de manter o nível de consumo. Esta situação das empresas públicas, privadas e dos consumidores provoca pressão por um crédito adicional.

Este quadro de profundo endividamento externo e pressão inflacionária faz com que o então ministro Mário Henrique Simonsen lance sua política econômica, a fim de manter o Brasil como a "ilha de esperança e prosperidade num mundo de incertezas" representada no II PND.

Simonsen inicia seu trabalho com o desmonte do aparato construído por Delfim, liberando os preços de forma progressiva, abrindo mão do controle das taxas

de juros e descongelando os empréstimos retidos no Banco Central. Além disso, foi coerente com a liberalidade dos preços e com o livre mercado, em busca de atrair recursos, como manda a visão neoclássica, tendo sido, porém, menos condescendente na liberação aos salários, mantendo a legislação aos ditames do Estado.

A política econômica comandada por SIMONSEN, em essência, contornava a política monetária, inibindo o edifício deixado por Delfim. O mercado financeiro passou a ser saneado com as intervenções do Banco Central. A balança comercial que era o maior problema, permanecia numa onda de se fazer contornos, dentro da política ortodoxa.

O ministro Mário Henrique Simonsen constrói sua política voltada para a crise do balanço de pagamentos, utilizando o método ortodoxo, baseado em elevar os juros internos para forçar a busca de crédito externo e assim cobrir os déficits correntes. Esta política não conseguiu estimular a poupança nem reduzir a pressão inflacionária ou ainda conter as importações como recomenda o modelo neoclássico. O que houve, na verdade, foi um maior endividamento das empresas no mercado europeu, onde o crédito era abundante.

A partir de 1975 observa-se nos setores privados de consumo e do investimento uma acentuada queda no ritmo do crescimento. A desaceleração do consumo e a subida dos juros internos fizeram com que as empresas multinacionais reduzissem fortemente os seus investimentos na indústria e passassem a investir em setores mais rentáveis como o da especulação financeira, o mercado de terras e a agroindústria exportadora ou mineradora.

O estrangulamento da atividade industrial só não foi completo porque, a partir de 1977, os grandes projetos do setor público foram mantidos, embora em um ritmo bastante moderado. Mesmo assim a eles se deve a substituição de importações no setor de bens de capital.

Assim é preciso reconhecer o óbvio: o investimento estatal e os subsídios sustentaram a atividade econômica industrial e mantiveram suas margens de lucro.

Em resumo, sem o II PND, a economia teria mergulhado em recessão profunda antes mesmo de 1981⁹.

Em 1979, com o segundo choque do petróleo, manifestaram-se os desequilíbrios estruturais subjacentes ao crescimento brasileiro, que, em comum com outros países importadores de petróleo, conseguira sustentar um rápido crescimento, nos anos 70, a partir de financiamentos externos. Porém, o déficit público gerava pressões inflacionárias, que tendiam a propagar-se devido aos mecanismos de indexação da economia. Com isso, a inflação saltou de 50%, em 1979, para 100% ao ano, com tendência a crescer¹⁰, aprofundando o fosso da inflação.

O que se observou no Brasil na segunda metade dos anos 70, foi a estabilização da taxa de investimentos, uma pequena elevação das exportações, e concomitantemente, o declínio da relação produto-capital. Tudo leva a crer que a entrada de recursos externos reais constituiu tão somente numa operação destinada a absorver pressão inflacionária. A brusca intensificação do fluxo de recursos externos permitiu um substancial aumento das importações no começo do período, o que na verdade representava um ciclo vicioso, cujo efeito negativo exigia sempre um novo fluxo de recursos, e assim sucessivamente. Daí, que nada foi feito para reduzir a participação do consumo do produto interno e menos ainda no sentido de comprimir a participação dos bens duráveis no consumo. Enfim, nenhum tipo de ajuste foi aplicado e toda política cedeu no sentido de frear a tendência do declínio na taxa de crescimento e de provocar fortes sucções de recursos externos. Isto mostra que o forte endividamento, ocorrido neste período, de nenhuma maneira pode ser atribuído à elevação dos preços do petróleo, mas sim à política do endividamento externo.

É natural, portanto, questionar se esse endividamento teve por objetivo transformar a estrutura econômica do país ou aumentar sua capacidade de autotransformação. Segundo Celso Furtado, os dados estão longe de confirmar esta

⁹ VASCONCELOS, Marcos A. S. de; GREMOND, Patrick Amaury. *Economia Brasileira Contemporânea*. Ed. Atlas, São Paulo, 1996, pp. 199-205.

¹⁰ TAVARES, Maria C.; ASSIS, José C. de. *O Grande Salto para o Caos* – ZAHAR Editores Rio de Janeiro, 1985 p. 74.

hipótese, uma vez que a taxa de investimento de capital fixo não ultrapassou a média dos 23,7%. Por outro lado, o consumo do produto aumentou de 76,7% para 80,3% entre as duas metades da década.

A retomada do crescimento da economia requeria, a qualquer custo, que se elevasse a taxa de investimentos e que se aumentasse ainda mais o esforço de poupança. Isto deveria ocorrer sem que houvesse qualquer alteração na taxa de capital fixo como já foi mencionado, além do que, o consumo do produto também se reduziu.

O que se observa é que não houve qualquer evidência na mudança do sistema produtivo, com ressalva para o setor industrial que alcançou ponto máximo até 1975, mantendo-se estacionado a partir de então.

A tendência global da economia brasileira, em meados da década de 70, é um claro declínio do produto. Com efeito, a taxa de crescimento do produto interno declina, em média, abaixo de um terço, embora a taxa de investimentos se mantenha ou até aumente, o que nos leva a crer que este fenômeno está associado à forte concentração dos investimentos no setor industrial, o que revela a descontinuidade das políticas públicas sociais.

O que nos parece é que há um limite estrutural que impede a geração de condições que possibilite a melhoria da qualidade de vida nos países de industrialização tardia. À medida em que a tecnologia se moderniza, ela não se adapta ao nível adequado de utilização da força de trabalho, provocando (ou mantendo) um desemprego crônico. O caso se agrava nos períodos de recessão econômica, quando os indicadores sociais sofrem baixas ou se mantêm.

A recuperação econômica não reverte o quadro social, na medida em que o crescimento econômico exige cada vez uma maior inserção na economia internacional, com o aumento da produtividade para competir em nível global. As exigências dessa condição, no tocante à absorção de mão-de-obra, definem o caráter excludente do processo de desenvolvimento.

Dados recentes do IBGE confirmam esta perspectiva no quadro de desemprego, os quais mostram que a indústria em 1973 apresenta um crescimento de 9%, junto a uma queda de 2% no emprego industrial no país, em virtude do processo de reestruturação industrial.

Esse aspecto já havia sido notado desde 1974, quando o economista americano Hollis Chernery, ligado ao Banco Mundial, publicou o livro REDISTRIBUTION WITH GROWTH: OXFORD, 1974 – no qual é colocada a necessidade de se lançar estratégias de desenvolvimento que levem em conta não apenas o crescimento, mas também a redistribuição de renda. Ainda na década de 70, o então presidente do Banco Mundial, Robert MacNamara, introduziu a questão da pobreza como preocupação específica na política do banco, num claro reconhecimento de que as políticas de estímulo ao crescimento econômico são excludentes em relação à maioria das populações pobres.

Pelo retrospecto feito da experiência brasileira vimos que o país foi lançado "num ciclo vicioso de falta de sustentação do crescimento". Fazendo com que, além de perder o dinamismo econômico, mantivesse a baixa qualidade de vida, como característica dos anos 70. De um lado, a perda do crescimento significou, igualmente, a interrupção inicial do processo que visava a formação do mercado de consumo em massa: o emprego deixou de crescer, disseminou-se o subemprego por meio do mercado informal e os salários reais passaram a cair, ante a escalada da inflação selvagem. Este foi o resultado do crescimento acelerado, que se comparado aos anos 80, a chamada "década perdida" e da estagnação econômica, observa-se que esta superou a década anterior, no que se refere a alguns indicadores relativos à qualidade de vida.

1.2. AS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS DO CRESCIMENTO ACELERADO.

O crescimento econômico dos anos 70, mesmo com todo o seu dinamismo, agravou os problemas sociais relativos à distribuição de renda e às disparidades regionais, embora sejam escassos os dados sobre tendências na distribuição de

renda. O agravamento na distribuição de renda dos ricos não ocorre tão rapidamente quanto na dos pobres. Ou seja, os ricos têm mais facilidade de se protegerem em tempos de crise econômica.

As estimativas com relação à pobreza variam muito e são reconhecidamente imprecisas. Contudo, um estudo recente do Banco Mundial sugere que a proporção de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza só tem aumentado a partir de 1970.

Neste sentido, se faz necessário resgatar a dimensão social do modelo de crescimento econômico implantado no Brasil desde 1964, sem perder de vista o seu caráter integrado, no que se refere à influência da estratégia econômica na sua égide. Dessa forma, pretende-se responder ao seguinte questionamento: Qual o destino da pobreza e da desigualdade no Brasil?

Entretanto, responder a esse questionamento pressupõe, sobretudo, esclarecer o sentido do crescimento em um país que, ao longo do tempo, destacou-se por seu dinamismo econômico, mas que paradoxalmente, convive com um nível de pobreza extrema e, obviamente, com um acentuado nível de desigualdade social.

Dessa forma, não pretende-se negar o conceito de crescimento. Pretende-se antes ampliá-lo, analisando sob uma óptica econômico-social, política e até mesmo cultural e ética.

Há que se discutir ainda, até que ponto o crescimento, da forma como ocorreu no Brasil, de forma desorganizada e até "incompleta", constituiu-se em algum avanço, considerando-se o nível de qualidade de vida de alguns setores da população, nos períodos de crescimento e crise.

Porém, a compreensão das causas que engendraram esse insatisfatório nível de desempenho social no Brasil pressupõe uma verificação dos índices de desenvolvimento humano, que compreendem os indicadores de expectativa de vida, alfabetização e renda per capita, quais sejam educação, saúde, habitação, consumo de bens duráveis e serviços públicos.

No período correspondente à primeira etapa do chamado "milagre" reduziram-se os desníveis urbano-rurais e os de caráter regional, passando a ocorrer uma grande mobilidade social na ocupação, tanto entre gerações como dentro de uma mesma geração. Nesta fase verifica-se ainda a aceleração do crescimento da oferta de emprego, com uma conseqüente, porém discreta, redução da pobreza absoluta, assim como melhoria dos principais indicadores sociais.

Esta constatação, apesar de sugerir melhoria do nível de vida, vem acompanhada de outra constatação bem menos alentadora: a de que, concomitantemente a isso, ocorreu o agravamento da desigualdade na distribuição de renda e dos desbalanceamentos regionais e urbano-rurais, que relacionam-se com o modelo de desenvolvimento implantado.

Pode-se dizer pois, que nesse período, confirmando a melhoria dos indicadores sociais, observou-se a formação de um mercado de consumo de massa com a conseqüente expansão da oferta de empregos e o aumento do salário real, além de uma diversificação do consumo tanto dos bens duráveis como de bens não duráveis, em alguns segmentos da população.

Durante os anos 70, o que se observa, contudo, é que mesmo com todo esse dinamismo social, permanecia a desigualdade, que inclusive se aprofunda na década seguinte. É a chamada "década perdida" com grandes oscilações nas taxas de crescimento e praticamente a estagnação da renda per capita. Disso resultou a volta aos tempos de pobreza absoluta, que havia esboçado indícios de melhoria na década anterior, com importante diminuição na oferta de empregos e colapso do mercado de consumo em massa.

A partir do que foi dito acima, pode-se inferir que o Brasil constitui-se em excelente exemplo para comprovar os efeitos desastrosos do modelo econômico adotado, no que se refere às suas conseqüências sobre a qualidade de vida da população. Graças ao "milagre econômico" apontado como prova de excelência do capitalismo transnacionalizado, o Brasil tornou-se o país perfeito como base para operações das transnacionais no terceiro mundo e o que recebeu maior quantidade de

recursos originados na reciclagem dos petrodólares. E esse mesmo país encontra-se hoje submerso numa calamitosa crise social.

Este processo de grande crescimento econômico amplamente reconhecido, teve como base uma profunda centralização de capital que beneficiou de forma quase exclusiva as empresas transnacionais estabelecidas no país e as classes dominantes nativas. Isso se deu a partir do endividamento externo promovido pelos banqueiros do chamado mundo rico.

Em contrapartida, este modelo de desenvolvimento não favoreceu da mesma forma o povo brasileiro, especialmente as classes assalariadas e os setores marginalizados. Prova disso são os dados estatísticos dos organismos internacionais relativos às desigualdades sociais, que colocam o país na incômoda posição de país com maior índice de desigualdade social do mundo, tendo por base a concentração de renda (Folha de São Paulo de 29-07-95).

É pois, dessa forma, que tem funcionado a dinâmica social do nosso modelo de desenvolvimento, que além de todas as suas peculiaridades teve ainda como agravante o regime autoritário e a crise da dívida externa contraída nos anos 70.

Todo este quadro acima delineado traz à tona uma questão importante: Existe na economia contemporânea mundial caso semelhante de tamanha exploração do homem pelo homem? Os dados por si só respondem a esta questão. A evolução do salário mínimo constitui um retrato fiel da desumanidade deste modelo e das classes dominantes do país nesta virada do século, conforme mostra claramente a tabela a seguir:

TABELA 01**EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (1970-1976) EM CRUZEIROS**

ANO	SALÁRIO MÍNIMO REAL
JAN/1970	724,91
JAN/1971	732,90
JAN/1972	690,96
JAN/1973	681,37
JAN/1974	623,63
JAN/1975	600,35
JAN/1976	590,49
MAR/1976	532,80

FONTE: IBGE.

Já nos seis primeiros anos da década de 70, em pleno auge do "milagre" econômico, o salário mínimo real esboçava uma queda progressiva que chegou a algo em torno de 27% em março de 1976.

É importante pois, que se deixe claro que o "milagre" não deve ser considerado uma consequência inicial positiva da dívida externa. Esta afirmação tem as seguintes explicações: Primeiro, o desenvolvimento acelerado no Brasil já pode ser percebido antes da reciclagem dos petrodólares, ou seja, desde a década de 40. Segundo, os recursos líquidos que entraram no país nos anos 70 não excederam 5% do PIB, ao passo que os investimentos anuais alcançavam entre 25% e 26% do produto. Ou seja, cerca de 80% dos investimentos tiveram origem interna advinda da brutal exploração da mão-de-obra nativa e pelo usufruto de absurdos privilégios concedidos pelo Estado às transnacionais¹¹. E, finalmente, porque grande parte dos recursos originados através da dívida externa simplesmente não entrou nem voltou a

¹¹ FURTADO, Celso. "O Brasil Pós Milagre 1981".

sair do país. Ou pior, foi dilapidada pelos órgãos de corrupção, na construção de obras faraônicas para beneficiar empresas transnacionais estabelecidas aqui no Brasil.

Exemplo disso é a hidrelétrica de Tucuruí que fornece energia a um terço do custo de geração às empresas internacionais detentoras do monopólio do alumínio, segundo declaração do ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Entre os malefícios sociais originados pelo modelo do endividamento externo, no intercâmbio comercial colonialista e na fuga de capitais, está a inflação. A brasileira chegou a 1.744% em 1988; a boliviana a 25.000% em 1985; a nicaragüense atingiu 37.000% e a Argentina 195% mensais (taxa que ao ano significaria 43.437.337%, ou seja, uma das maiores hiperinflações da história). A trajetória da inflação brasileira, até fins da década de 70, é mostrada na tabela a seguir.

TABELA 02

TAXA ANUAL DA INFLAÇÃO BRASILEIRA 1958-1979.

1958	24,3	1969	20,2
1959	39,5	1970	19,2
1960	30,5	1971	19,8
1961	47,7	1972	15,5
1962	51,3	1973	15,7
1963	81,3	1974	34,5
1964	91,9	1975	29,4
1965	34,5	1976	46,3
1966	38,8	1977	38,8
1967	24,3	1978	40,8
1968	25,4	1979	77,2

FONTE: IBGE.

Quando, para atender aos compromissos financeiros internacionais, os governos latinos exportam o máximo possível e reduzem ao mínimo as importações, provocando desabastecimento interno e conseqüente aumento dos preços, esses lançam mão de dois recursos para comprar dólares aos exportadores: emissão maciça de papel-moeda ou empréstimos de recursos no mercado financeiro interno, o que provoca altas taxas de juros – no Brasil já alcançou 100% ao mês em fevereiro de 1990. Obviamente ambas as medidas são altamente inflacionárias.

Na medida em que aumentavam os gastos do Estado com a administração do sistema econômico implantado desde 1964, diminuía os gastos sociais do governo brasileiro. Os gastos com administração crescem de 30% do total em 1970 para 50% em 1973. Ao mesmo tempo, os gastos federais com bem-estar social são drasticamente reduzidos de 4% do total do período Costa e Silva para 2% do total no período Médici. Já os gastos com capital humano, basicamente educação, são reduzidos a 6% do total, enquanto que os gastos com defesa e segurança foram elevados em 23% do total.

Em resumo, os gastos do Estado são ditados por uma política altamente centralizadora, econômica e financeiramente direcionada no sentido de financiar a expansão da infra-estrutura básica requerida para o desenvolvimento do capital multinacional. Esta política se fez indiferente às necessidades de bem-estar social, o que comprometeu por demais a qualidade de vida da população.

Esta mesma política foi orientada para os Estados, pela esfera federal, que impôs um perfil de despesas semelhantes ao da União, salvo, em certa medida, no caso dos gastos com as despesas de capital social dos Estados que elevaram-se a 80% do total dos orçamentos dos Estados, enquanto gastos com bem-estar social não ultrapassaram 12%, o que indica que os gastos federais a serviço do capital passaram a orientar também a distribuição dos gastos dos governos estaduais. À nível estadual, os gastos com bem-estar social, decresceram de 17% do total no período Costa e

Silva para 12% no período Médici, enquanto as despesas com defesa e segurança, a cargo dos governos estaduais, cresceram rapidamente em média de 7% a 8%¹².

Foi esta política de desenvolvimento realizada no Brasil, que teve como resultado o aumento das desigualdades regionais e urbano-rurais e da renda, proporcionando o predomínio de um pequeno núcleo de expansão industrial, com destaque para os setores de capital, com exigências de qualificação a um país em atraso generalizado e em clima de herança histórica de grave desigualdade de renda e desatenção ao capital humano, com um mercado de trabalho em condições de oferta ilimitada de mão-de-obra. Tal superposição criou uma situação que só poderia resultar em agravamento dos numerosos desbalanceamentos existentes. Em relação à oferta de mão-de-obra, ressalte-se a desigualdade de oportunidades, em grande medida devido às grandes disparidades regionais e a um sistema educacional acéfalo. Dessa forma, é importante frisar que essa desigualdade é fomentada e ampliada pelo mercado de trabalho com suas segmentações e discriminações.

Portanto, pode-se afirmar que a década de 70 gerou um núcleo básico de expansão do ponto de vista setorial e regional, principalmente quanto à geração de empregos, e que os efeitos gerais do crescimento se disseminaram, inclusive impondo que recursos públicos fossem destinados para grandes investimentos sociais em educação, saúde pública, saneamento básico, entre outras necessidades essenciais da população.

A conseqüência disso é que o Brasil passou a experimentar um dinamismo econômico seguido sempre de perto por uma crescente desigualdade social e estagnação dos indicadores econômicos e, paradoxalmente, uma evidente melhora de alguns indicadores sociais.

¹² AFONSO, A. Carlos; SOUZA, Herbert de. *O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. 1977. Rio de Janeiro pp. 73, 74 e 78.

CAPÍTULO II

A CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 80 E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Pretende-se mostrar neste capítulo que na década de 80, apesar do Brasil ter vivenciado uma "paralisia dos indicadores econômicos", com o produto real apresentando uma média anual de apenas 1,5% ao ano e mesmo reconhecendo a queda dos rendimentos reais da população, há sinais de melhoria da qualidade de vida, revelada por alguns indicadores sociais. Cabe neste sentido, destacar o papel do Estado, que através de políticas públicas, até de cunho compensatório, propiciou uma oferta de serviços básicos que, de alguma maneira, atingiu os mais diversos segmentos sociais.

2.1. A EVOLUÇÃO DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80.

A crise dos anos 80 esteve associada a uma perturbação do padrão de crescimento até então vigente, o que de acordo com SINGH E TABATABAI (1990, p. 482), entre 1980 e 1988, a taxa média de crescimento do PIB regional caiu para apenas 1,5%.

Para o Brasil e outros países subdesenvolvidos altamente endividados, a crise da década de 80 foi precedida de uma crescente instabilidade macroeconômica, que se seguiu aos choques do petróleo (1973 e 1979) e representou graves desequilíbrios nos balanços de pagamentos, com o aumento das importações e a redução das exportações.

Foi durante o segundo choque do petróleo que se manifestaram os desequilíbrios estruturais subjacentes ao crescimento brasileiro. De fato, o Brasil, em comum com outros países importadores de petróleo, conseguiram sustentar um rápido crescimento, precisamente devido a seu recurso aos financiamentos externos. O grau

de endividamento externo contraído até então é associado à deterioração no balanço de pagamentos e significaram, entretanto, que o Brasil não estava em condições de enfrentar o segundo choque do petróleo e a alta das taxas de juros. Não é de surpreender que a rápida sucessão de alta dos preços do petróleo e aumentos sem precedentes das taxas de juros internacionais seguidos pela recessão de 1980/82 dos países industrializados, tenham empurrado a desequilibrada economia brasileira para uma profunda crise.

Em 1982, o déficit comercial havia se transformado em superávit, absorvido, contudo, pelo pagamento crescente dos juros do que resultou um déficit em conta corrente de quase US\$ 15 bilhões, naquele ano. No mesmo ano, a dívida líquida tinha-se tornado 328% das exportações e 24% do PIB¹³. Esta situação leva o país a realizar esforços substanciais de ajustamento entre as importações e exportações. A desvalorização do cruzeiro e outras medidas destinadas a melhorar a balança comercial foram, entretanto, insuficientes para evitar uma crise em grande escala do balanço de pagamentos.

Nessas circunstâncias, a confiança na capacidade do Brasil em continuar o serviço normal da dívida desvaneceu-se. Seu acesso ao crédito internacional declinou e as reservas internacionais, que já eram baixas, virtualmente desapareceram. Algum tipo de reescalonamento era inevitável e, no fim de 1982, o governo e o FMI entram em negociação com vistas a um reescalonamento e a um programa de ajuste.

A renegociação da dívida externa inaugurou uma nova fase nas relações financeiras internacionais do Brasil. Começando em 1983, o velho sistema de "rolagem" do serviço da dívida, essencialmente através de empréstimos voluntários, foi substituído por um reescalonamento dos empréstimos em troca da aceitação, pelo país, de um pacote de ajuste do FMI. O pacote de reescalonamento mostrou-se totalmente inadequado, até mesmo como uma operação de curto prazo. Em dezembro de 1983, a entrada de "dinheiro novo" mostrou-se bem inferior ao montante necessário e os juros em atraso acumularam-se em cifras elevadíssimas.

¹³ (A Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento numa Economia em Crise, IPEA, 1993 p. 10).

O Brasil viu-se forçado a financiar o pagamento da dívida (serviços) por transferências de recursos reais ao exterior, algo em torno de 5% do PIB, feita a custos extremamente elevados para a economia e a sociedade.

Essa transferência de recursos para o exterior se deu através da geração de um saldo na balança comercial, resultado da desvalorização real de cruzeiros em fevereiro de 1983 e da recessão doméstica. Isso levou a uma forte queda da absorção interna como proporção do PIB e, enquanto as exportações subiram para 10,3% do PIB, as importações caíram para 5,3%. O custo foi um declínio de 5,5% no PIB per capita e o aumento da inflação para o nível de 200% ao ano.

Em 1984, foi introduzida uma Segunda fase do reescalonamento da dívida, que elevou o montante de "dinheiro novo". No entanto, em troca desse apoio financeiro, o Brasil comprometeu-se a gerar um saldo comercial ainda maior. Na realidade, contudo, a meta esperada é ultrapassada, graças, principalmente, a recuperação inesperada da economia dos Estados Unidos sobre as exportações do Brasil. Com isso, o saldo da balança comercial atinge um recorde histórico de 6,2% do PIB. E, em 1985, liderada pela recuperação agrícola, pelas exportações em alta, facilitadas pela política monetária, a atividade econômica interna se recupera e o PIB cresce 8,3%. Porém, a fraca política monetária e o rápido crescimento da demanda, além da grave seca que elevou os preços agrícolas, fizeram com que, no fim de 1985, a inflação anual dobrasse para 400%.

Em fevereiro de 1986, as autoridades aplicaram o Plano Cruzado, cujo nome deu-se à nova moeda introduzida na época. O plano incluiu uma reforma monetária, um congelamento de preços, reajuste dos salários e uma substancial desindexação da economia. No fim do ano, a produção industrial tinha-se expandido. Entretanto, o saldo da balança comercial caiu violentamente, aumentando a pressão para realinhar preços e taxa de câmbio que estavam congelados. No mesmo ano, foi feito um novo ajuste fiscal (cruzado II) que aumentou as tarifas do setor público e os impostos indiretos. Simultaneamente, recomeçaram as minidesvalorizações do cruzado. No entanto, à medida em que o congelamento de preços foi diminuindo e posteriormente desaparecendo, a inflação aumentou violentamente e a economia foi amplamente reindexada.

Em 1987, já no primeiro semestre, a inflação passava dos 20% ao mês, e um novo programa antiinflacionário foi criado, o Plano Bresser.

Embora esse plano tenha evitado algumas mazelas do plano anterior, não conseguiu controlar o déficit público e suas metas monetárias foram ultrapassadas. Os ajustes na troca de câmbio real e a desaceleração da demanda interna, por conta da queda dos salários reais, fizeram com que o saldo da balança fosse maior do que o do ano anterior, 1986. A produção industrial não passou de 1,5% no ano (1987).

Uma nova equipe econômica é empossada em Janeiro de 1988, com o objetivo de adotar uma abordagem gradualista para a estabilização, em vez de outro choque heterodoxo na economia. A nova estratégia foi evitar a deterioração do déficit fiscal. Entretanto, a nova medida também não foi capaz de controlar a inflação, que aumentou paulatinamente em 1988, de modo que, no fim do ano a ameaça de hiperinflação tornava-se novamente real. A ameaça da hiperinflação forçou o governo a abandonar sua prática gradualista e tentar outro choque heterodoxo. Criou-se nova moeda (o cruzado novo), eliminando-se três zeros da antiga. Simultaneamente, o cruzado foi desvalorizado em 17%, fazendo-se de um cruzado novo o equivalente a US\$ 1, a taxa oficial de câmbio.

O Plano Verão quebrou por pouco tempo a asperial inflacionária: caiu no primeiro mês, mas já no segundo, a inflação voltou a subir, e nos seis meses seguintes da introdução do Plano Verão, fazendo com que a taxa de inflação acumulasse em 176%. Novamente a ameaça da hiperinflação tornava claro que as tentativas de estabilizar a economia, para serem bem sucedidas, teriam que evitar o considerável custo oculto do Plano Verão. A administração das taxas de juros, com a emissão de papel-moeda, basicamente triplicou a dívida interna.

Esses insucessos dos governos em regulamentar a economia na perspectiva de uma retomada do crescimento, nem supriu as necessidades inesperadas dos serviços da dívida, nem tão pouco racionalizou o serviço público que logo ficou impedido de atingir a meta de zerar o déficit público.

Ao lado disso vamos evidenciar no item seguinte a chamada "dívida social" do país, que curiosamente apresenta notáveis progressos em alguns indicadores sociais.

2.2. REDUÇÃO DA POBREZA: CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS SOCIAIS

Existe presentemente no Brasil um certo consenso, entre os próprios grupos dominantes, de que o estilo de desenvolvimento que se impôs com a industrialização produziu desigualdades sociais que se traduzem num passo cada vez mais profundo entre uma minoria privilegiada e uma considerável massa rural e urbana. Também se reconhece que o regime autoritário implantado em 1964 agravou essa tendência à polarização social. A preocupação de reorientar o estilo de desenvolvimento se manifesta no discurso político mesmo daqueles que foram os beneficiários do processo de concentração da riqueza e da renda.

No plano econômico, o modelo passou a ser criticado não no seu sentido anti-social, mas por sua tendência a engendrar desequilíbrios externos e internos. A doutrina ingênua ou malandra de que bastava aumentar o "bolo" para beneficiar a todos no futuro, mereceu repúdio geral, e esmaeceu a fé nos tecnocratas como gastadores da coisa pública.

As críticas a esse respeito se fundamentam em comparações tanto diacrônicas como sincrônicas. Por um lado se referem à evolução no tempo dos frutos do progresso material, pondo em evidência o caráter concentrador e excludente do estilo de desenvolvimento. Por outro lado assinalam o atraso, na satisfação das necessidades básicas da população, que se vai acumulando relativamente a outros países que realizam um esforço de desenvolvimento econômico similar. Vista dos dois ângulos, a situação brasileira desperta não poucas apreensões.

A pobreza, entretanto, é um problema que vai além da renda individual, e pode ser medida também por indicadores sociais relacionados à saúde, mortalidade e educação. Esses indicadores sociais mostram que houve um notável progresso na

América latina na década de 80 em relação a de 70, apesar da recessão dos anos 80. A esperança de vida ao nascer – 68 anos –, em média representa oito anos mais do que em 70. Os coeficientes de mortalidade infantil caíram para cerca da metade dos valores (ver tabela 1). Os números destes indicadores sociais melhoraram ou foram mantidas, de maneira paradoxal em relação aos problemas econômicos dos anos 80, quando a renda per capita deixou de crescer. A esperança geral de vida aumentou 5% entre 1980 e 1990, a mortalidade infantil diminuiu 23% e as matrículas escolares aumentaram 6%.

O agravamento de alguns setores da pobreza nos anos 80 resultou não apenas da queda na renda per capita, como também da inflação elevada, da queda do poder de compra e do aumento do desemprego. A necessidade de controlar os déficits orçamentários e de pagar os juros crescentes sobre a dívida, junto com os aumentos dos impostos necessários para pagar os custos da dívida, resultou na redução dos gastos para todos os tipos de serviços públicos, inclusive nos chamados setores sociais. Tais setores tiveram uma queda real dos gastos, muito embora muitas vezes tenham sido mais "protegidos" contra esses cortes do que outros setores, como o de infra-estrutura.

TABELA 1.**INDICADORES SOCIAIS, 1970 – 1980 – 1990.**

	1970	1980	1990
Analfabetos com % da população > 15 anos	29,0	23,0	16,0
% matrículas escolares de crianças com 6-11 anos	71,0	82,3	87,3
Proporção bruta de matrículas escolares (2º grau)	31,6	47,4	54,9
Número de habitantes/médico	2,020	1,315	1,180
Coefficiente de mortalidade infantil (nascidos vivos por 100)	82,0	63,1	44,0*
% da população com acesso à água potável	53,7	70,1	79,8**
Esperança de vida ao nascer (anos)	60,1	64,3	67,5

FONTE: Relatório sobre Desenvolvimento Mundial – Banco Mundial.

Dados: 1988*

Dados: 1991**

Não se pode continuar ignorando a relação definitiva entre políticas de crescimento econômico e os investimentos necessários para o desenvolvimento humano. Daí o renovado interesse no tratamento de uma distribuição de renda coerente como fator fundamental. Há que se assumir que o crescimento, para ser considerado “eficiente”, deve pressupor a participação dos pobres na sociedade de consumo de massas. Ou seja, a permanência do enorme conjunto de excluídos é incompatível com a transição para a modernidade; a educação básica e profissional faz parte das condições de inserção dos excluídos pela pobreza no processo de crescimento “eficiente”.

Os números da pobreza e suas causas alertam para novas situações em que o fator trabalho assume predominância, frente aos tradicionais fatores demográficos (fertilidade p. ex.) e novos arranjos financeiros e institucionais. Uma participação efetiva da sociedade orgânica e não meramente oportunista é questão a se tomar de conta.

Todos estes pontos remetem ao fato de que a introdução da qualidade de vida na discussão é, na prática do desenvolvimento, extremamente oportuno. Associá-la à questão da pobreza só acrescenta relevância. O momento de transição político-institucional é, portanto, a retomada de novas intervenções governamentais no sentido do ajuste macroeconômico.

Historicamente, o “lado atrasado” do Estado brasileiro sempre se localizou na área social. A busca constante de uma modernidade, bem ou mal sucedida, se localizou, e ainda se localiza no aparato do Estado dirigido mas também organizado para a adoção de infra-estrutura econômica e ou para a intervenção direta em setores considerados estratégicos, como, por exemplo, o de telecomunicações.

O período do regime militar levou ao extremo esta prática. O enfoque do “Vamos crescer para dividir” apenas se utilizou do que já vinha sendo feito com base na convicção de que os sucessos econômicos trariam, naturalmente, os benesses sociais. O lamentável equívoco ficou esclarecido pouco tempo depois pelos números e evidências concretas da avassaladora pobreza do país, onde, segundo dados do Mapa da Fome do IPEA, trinta e dois milhões de brasileiros – uma população equivalente a da Argentina – defrontam-se com o problema da fome, diariamente. São nove milhões de famílias, cuja renda mensal lhes garante na melhor das hipóteses, apenas uma cesta básica de alimentos, incapaz de satisfazer suas necessidades nutricionais.

Mas não basta constatar que existe no Brasil uma massa de dezenas de milhões de pessoas privadas do essencial, muitas vezes impossibilitadas até de alimentar-se de forma a alcançar o desenvolvimento normal do organismo. O paradoxo está em que o Brasil não é a rigor um país pobre.

A eficácia do crescimento como instrumento de redução da pobreza torna-se evidente a partir da comparação entre o desempenho da economia e os níveis de pobreza entre as décadas de 1970 e 1980.

Com efeito, entre 1970 e 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) exibiu um crescimento de 81% (6,1% ao ano) e a pobreza reduziu-se. Nos anos 80, contudo, o número de pobres¹⁴ se elevou, enquanto o PIB declinou 4% (0,4% ao ano).

Sobre os anos 70 pode-se considerar que o aumento do coeficiente de renda per capita registrou uma importante expansão dos rendimentos médios, do emprego e da significativa queda proporcional das pessoas sem rendimentos na população economicamente ativa (PEA).

O balanço, entretanto, da situação social do Brasil na década de 70 conclui que, não obstante todo dinamismo econômico verificado no período, este não foi acompanhado de um processo que convergiria para o social, o qual envolve os elementos que propiciam uma melhor qualidade de vida da população, mesmo com a elevação da participação dos 40% mais pobres na renda e a emergência de uma sociedade de consumo em massa.

O desempenho dos programas sociais da década de 70 revelam um modesto resultado das intervenções públicas no combate à pobreza. Exemplo disso são os Programas de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRIs) executados desde meados dos anos 70 no Nordeste Brasileiro. Este programa representou o maior e mais abrangente esforço de redução da pobreza, jamais realizado no país.

Com efeito, desde de 1974 os governos da União e dos Estados vêm empreendendo, com apoio de entidades internacionais, grandes programas de investimentos sociais, principalmente na área rural, voltados para as populações de baixa renda. Foram destinados até 1988 a projetos aprovados, recursos da ordem de US\$ 4 bilhões (dólares de 1988), dos quais US\$ 1,7 bilhões foi obtido mediante empréstimos ao banco mundial. Esses projetos elegeram como público-alvo, quase um milhão de famílias rurais pobres (cerca de 5 milhões de pessoas) em área que acabou correspondendo à virtualmente, todo o nordeste rural (do Maranhão até a parte de Minas Gerais incluída no polígono da seca).

¹⁴ Pobres são considerados pessoas cuja renda familiar per capita é igual ou inferior a 1/4 do salário vigente em 1980. IN: VELOSO E ALBUQUERQUE. Modernidade e Pobreza pp. 53-102.

Numa outra geração de projetos, (1975-1984), integrantes do polonordeste (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste) envolveram US\$ 1,9 bilhão e concentraram-se em áreas selecionadas, totalizando 500 mil Km² (cerca de 1/3 do Nordeste) beneficiando 280 mil famílias pobres. Estruturalmente complexos, dadas as suas características de intervenções abrangentes, esses projetos embora concentrados espacialmente, contemplaram desde a infra-estrutura de transportes, energia e a reorganização fundiária, até o apoio à produção, à comercialização agrícola (irrigação, extensão e crédito rural, pesquisa agrícola etc.), à infra-estrutura de serviços sociais (saúde, educação, treinamentos de mão-de-obra, abastecimento de água). Essa complexidade buscava tirar partido da complementaridade entre os diversos componentes concentrados geograficamente em áreas de elevado potencial agrícola, capazes de elevar a produtividade.

O resultado dos recursos programados, beneficiou, contudo, os componentes de infra-estrutura básica (estradas, eletrificação rural, abastecimento de água e inclusive, reforma agrária), bem como os sociais (saúde e educação), que foram considerados tanto melhor implementados quanto de maior impacto, quando comparados com os voltados para o aumento da produção, da produtividade e da renda agrícola retida pelos pequenos produtores rurais (crédito, extensão rural, assistência técnica, comercialização). Isto é, foram dirigidos principalmente àqueles componentes que demandavam participação ativa dos beneficiários como agentes econômicos capazes de assimilar e praticar novas técnicas de produção, além de inserirem-se mais amplamente no mercado.

Uma segunda geração de recursos, integrantes do PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste) consolidou-se em 1985, com a Nova República, representava uma revisão do polonordeste, embora tenha reduzido o número de componentes e abandonado a infra-estrutura, saúde e educação, concentrando-se naqueles segmentos mais diretamente vinculados à produção agropecuária (como acesso à terra, ao crédito e à extensão rural), dando ênfase a um novo componente, o desenvolvimento comunitário, o que ampliou a área beneficiada em 1,4 milhão de Km² (quase todo Nordeste), beneficiando quase 700 mil famílias.

O esforço representado pelo polonordeste e pelo PAPP na região nordeste, revela nos seus desdobramentos que a pobreza rural se reduziu de 13,2 milhões (88% da população) em 1970 para 11 milhões (66% da população) em 1980, mesmo considerando o processo de migrações.

As intervenções do Estado voltadas para a transformação social são modestas e seus resultados de impactos macro-sociais não têm sido satisfatórios. Porém, pode-se afirmar que a partir do exame da experiência brasileira das duas últimas décadas, percebe-se que o crescimento econômico foi eficaz na redução da pobreza, garantindo uma melhor qualidade de vida, isto quando comparado com as políticas sociais especificamente criadas para combatê-la.

2.3. CRISE, AGRICULTURA E QUALIDADE DE VIDA.

A história corrente do desenvolvimento em muitos países teve na indústria a força maior do rápido crescimento no período correspondente a 1967/80. No Brasil, a chamada política expansionista estancou após 1980, quando o crescimento industrial sofreu uma derrocada, em contraste com a continuidade do crescimento econômico do setor agrícola. Com isso, a agricultura emerge como o setor líder da economia, apresentando-se como a força estabilizadora e impedindo o colapso do crescimento.

O comportamento da agricultura é bastante peculiar, destacadamente na década de 80, quando manteve-se crescendo a uma taxa relativamente elevada em plena crise econômica. A agricultura de exportação foi pesadamente tributada, especialmente através de taxa de câmbio supervalorizada, para financiar o desenvolvimento da indústria de transformação. Ainda era esperado que a agricultura do mercado interno fornecesse alimentos baratos para a força de trabalho urbana. Os controles de preços dos alimentos domésticos e a proibição de exportações agrícolas, sempre que a oferta era considerada insuficiente para abastecer o mercado interno, foram instrumentos usados com muita frequência para atingir esse objetivo.

Entre 1980 e 1988 a taxa média anual do crescimento da agricultura no Brasil, apresenta um percentual mínimo de 3,5%, em contraste agudo com o que ocorreu com o produto industrial, cuja taxa de crescimento caiu de 10,1% para 2,6%. Enquanto o produto industrial reduziu-se de 15% no período acumulado de 1980/83, o produto agrícola cresceu 7%, nesse mesmo período. Após 1983, a agricultura continuou a mostrar um crescimento altamente positivo e, como conseqüência, pode ostentar uma taxa anual média de crescimento de 3,2% no período 1980/89, comparada com uma taxa de 1,3% para a indústria. Esse desempenho peculiar da agricultura se confirma pela ocorrência de safras recordes em 1987, 1988 e 1989, deixando claro que a agricultura brasileira mantinha-se relativamente imune ao agravamento da situação econômica¹⁵.

Durante a década de 70 verificou-se um intenso processo de migração entre as regiões, especialmente do Nordeste para o Sudeste, em decorrência do processo de modernização principalmente; no entanto, nos anos 80 ocorreu uma significativa redução do processo migratório, sobretudo nas grandes regiões, devido à expressiva redução no nível de crescimento do centro-sul¹⁶.

Neste sentido, uma questão interessante diz respeito à ocupação das pessoas em atividades não agrícolas no campo que passou de 3,1 milhões para 5,2 milhões no período de 1981-90, o que representa 45% da PEA e um crescimento anual de 6% contra 0,7% em relação aos que praticam atividades agrícolas¹⁷. Este quadro evidencia uma nova e importante realidade no campo que diz respeito às novas funções surgidas nas áreas agrícolas do país, onde já não se produz apenas produtos agrícolas, mas também pratica-se o comércio informal, o lazer e serviços outros.

¹⁵ SING E TABATABAI (1990-p 482), WORLD DEVELOPMENT REPORT 1990 (TAB 2. p. 180-181). Banco Mundial - Taxas de crescimento para o Brasil.

¹⁶ SILVA, José Graziano da. *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Situação Atual e Perspectivas*.

¹⁷ SILVA, José Graziano da. *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*. p. 128-130.

Durante a década de 80, percebe-se ainda a progressiva diminuição do emprego no setor agrícola com uma redução da população com atividade na agricultura que passou de 29% para 23%, no período de 1981 a 1990¹⁸.

Com relação ao emprego urbano, os anos 70 deixaram um saldo positivo de 13,2 milhões de novos postos de trabalho na indústria de transformação e na construção civil. Estes empregos exigiam pouca qualificação, o que produziu um relativo crescimento das relações com vínculo empregatício. Já os anos 80 deixaram um saldo de 12,7 milhões de novos postos de trabalho. Entre as atividades que mais se destacaram no nível de ocupação nos anos 1981-1989, estão o "comércio de mercadorias", serviços de alojamento e alimentação, serviços públicos e sociais.

Estes novos empregos apresentam um perfil bastante diferenciado em relação ao da década anterior e mostra claramente a necessidade de uma flexibilidade da indústria de base e um extremo crescimento do comércio informal. Em síntese, as oportunidades de emprego criadas nos setores urbanos nos anos 80 não favoreceram os novos migrantes, em especial os de origem rural.

Já a questão do emprego na área rural nos anos 80 mostra que o número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias esteve em torno de 13,1 milhões de pessoas em 1981 a 14,2 milhões em 1990, tendo atingido o seu pico em 1985 com 15,2 milhões. Até meados da década de 80 a ocupação maior era representada pela mão-de-obra familiar por conta da crise e da recessão dos anos 1981/83 nos setores urbanos. Já na segunda metade do mesmo período, houve um aumento do trabalho assalariado, reduzindo o trabalho familiar.

A situação se torna preocupante, no entanto, quando se constata que ocorreu um decréscimo do número de pessoas ocupadas na agricultura de quase um milhão de pessoas, entre 1985 e 1990, em todas as regiões, inclusive nas áreas de expansão da fronteira agrícola. Saliente-se que a redução se encontra tanto nos estados de moderna agricultura, como os do sul e do sudeste, quanto nos demais. Isto ocorreu porque houve um crescimento importante da renda dos estratos superiores (usineiros,

¹⁸ Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1990.

grandes proprietários rurais, etc.). Para explicar esta situação é necessário se ter clara a importância da expansão da pobreza rural para as cidades, fazendo surgir as figuras do favelado, do biscateiro, dos bóias frias, etc.¹⁹.

Este quadro torna-se mais perverso no decorrer dos anos 80, com o aprofundamento das desigualdades na distribuição de renda, condenando os pobres a uma situação de maior pobreza. Se for considerado o indicador de insuficiência de renda²⁰, podemos dizer que os pobres do campo necessitavam de um aumento na renda de 45%, em 1981, para deixarem de ser considerados pobres. Em 1990, no final do período, esse nível se eleva para 78%.²¹.

Estes números colocam o Brasil em 6º lugar no mundo, com 73% da população rural com renda inferior à linha de pobreza, abaixo apenas da Bolívia com (97%) Malawi (90%) Bangladesh (86%), Zâmbia (75%) e o Peru (75%), segundo pesquisa sobre a pobreza rural realizada em 114 países, pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola -FIDA²². O mais curioso deste estudo é o fato de que, enquanto a maioria dos países analisados mostrou uma tendência à redução da pobreza rural, no Brasil a população pobre vem aumentando, de 65% em 1965 para 73% em 1988.

Estudos desta natureza têm colocado o Brasil entre os países onde ocorre o "crescimento desordenado", isto é, os países onde o abismo entre ricos e pobres é o mais profundo do mundo. Os números em relação ao Brasil divulgados pelo relatório do Banco Mundial, relativo ao Biênio 1988/89, coloca o Brasil como país de maior desigualdade social do mundo, tendo por base os índices de concentração de renda,

¹⁹ SILVA, José Graziano da. *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*. p. 133.

²⁰ É a porcentagem da renda total que necessita para atingir a linha de pobreza, definida aqui como 01 salário mínimo de agosto de 1980.

²¹ Idem 18.

²² O estudo denominado "O Estado da Pobreza Rural no Mundo" foi tema da reportagem: Pobreza rural atinge 01 bilhão de pessoas, do Jornal O Estado de São Paulo de 11.01.92 - pp. 07.

onde 20% dos ricos detinham 67,5% da renda nacional. No biênio anterior, a mesma porcentagem da população ficou com 63% dos rendimentos gerados no país.

Estes dados poderiam ser, em parte, atenuados pela consideração de que no período a que se refere o relatório, a economia se encontrava sob forte pressão inflacionária, o que penaliza os mais pobres e beneficia os setores produtivos que têm acesso aos mercados financeiros. Por outro lado, a despeito da maior abertura da economia aos mercados externos e da maior complexidade daí resultante, não há ainda nem sequer longínquas evidências de que o papel distributivo tenha sofrido alterações.

Ao contrário, todos os indicadores sociais apontam para um recrudescimento das disparidades. O país conta com mais de 40 milhões de analfabetos ou alfabetizados com ínfima compreensão do que lêem, 33 milhões de indivíduos em miséria absoluta, inchaço urbano crescente, um enorme contingente de crianças marginalizadas e um desemprego que assola periodicamente o mercado de trabalho (fontes da Folha de São Paulo, de 29/07/95).

Com as transformações da agricultura a partir de meados dos anos 70 e com a industrialização, impôs-se uma crescente urbanização do meio rural, especialmente em função da criação dos CAIs (complexos agroindustriais) que caracterizam o fim do velho modelo tradicional rural e provoca uma verdadeira revolução nas relações de produção, particularmente nas relações de trabalho, elevando os contingentes de assalariados permanentes, com melhores níveis de qualificação da força de trabalho e uma tecnificação crescente dos produtores familiares.

Esta tendência de aumento dos assalariados permanentes não tende a reverter a crescente urbanização da PEA. Os próprios empresários rurais se interessam em urbanizar seus trabalhadores, evitando os custos (elevados) de mantê-los nas suas propriedades e transferindo ao poder público seus ônus.

Dos fatores que contribuíram para acelerar essa urbanização é que emergiu a esperança de acesso aos benefícios sociais como, saneamento, água, esgoto, luz

elétrica, hospital, creche e escolas, dos quais o meio rural não dispõe. O fracasso da tentativa de levar alguns desses benefícios ao campo – como, por exemplo, os custosos e ineficientes programas de eletrificação rural, ensino agrícola, entre outros – indica que a cidade continuará a se destacar no oferecimento desses benefícios.

Com a consolidação dos CAIs cresceram as funções técnicas e administrativas nas empresas rurais e agroindustriais, criando empregos que foram preenchidos por profissionais de origem e vivência urbanas, e as atividades de campo propriamente ditas passam a ser cada vez mais importantes para o desempenho econômico financeiro das empresas modernas, tendo que ser exercidas no contexto urbano como comerciantes, insumos, bancários e os agentes governamentais, etc., fazendo assim, o trabalho rural também urbano.

Ainda na década de 70, a crescente tecnificação dos produtos familiares, liberando as mulheres e os filhos do trabalho diário, criou condições para a sua urbanização. Ou seja, a residência desse pequeno produtor veio para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida. Assim, a família diversificou a origem de sua renda, seja através do trabalho assalariado dos filhos, seja das rendas de aluguéis e cadernetas de poupança, únicas alternativas ao seu alcance.

Durante a década de 80, não se evidencia a manutenção desta tendência de urbanização da PEA agrícola. Os dados da tabela nº 2 sugerem, ao contrário, uma estabilização em torno de 19-20%, em todo o Brasil.

TABELA 2.**PEA Agrícola com Domicílio Urbano: Brasil Regiões.****1981 – 1989 (%)**

Região	1981	1986	1989
NO	nd	nd	nd
NE	14,6	15,1	16,7
SE-SP	22,2	25,4	25,1
SP	41,5	40,6	38,4
SU	12,4	14,0	13,4
CO	28,2	28,8	28,1
BR	19,3	20,2	20,6

FONTE: PNADs (Tubulações Especiais SPD/IE).

Possivelmente, a estabilização isso é resultado de dois fenômenos: a forte redução da PEA agrícola nas regiões de agricultura mais modernizadas, que já tinham um nível elevado de urbanização desde os anos 70 (caso típico São Paulo) e um lento crescimento de urbanização da PEA agrícola nos demais estados do Sudeste. No Centro-Oeste, região de expansão mais recente da fronteira agrícola moderna, bem como no Sul e na região Nordeste, a PEA agrícola com domicílio urbano não parece estar crescendo.

Os principais ramos de atividades não agrícolas em que estavam ocupadas essas pessoas que residiam na zona rural eram: indústria de transformações e agroindústrias: 6,9%; prestação de serviços pessoais: 8%; comércio: 3,8% em construção civil 3,2%. Note-se que essa última atividade é a única que apresentou uma queda de pessoas ocupadas no período 1980/90, possivelmente em função da crise que se abateu sobre o setor da construção civil no final dos anos 80. Todos os demais ramos de atividades não agrícolas apresentam um crescimento do emprego

substancialmente maior que a média de pessoas ocupadas no meio rural, que foi de 2,5% ao ano²³.

Depois do início da crise do endividamento externo (1982) e da monitoria direta da economia pelo FMI, os gastos sociais diminuíram drasticamente no Brasil. O relatório do Banco Mundial informa que os mesmos (saúde, educação, subsídio à alimentação, habitação, etc.) foram, em 1986, de 11,1 bilhões de dólares. Naquele ano 2 bilhões a menos do que os serviços da dívida externa.

Na medida em que aumentavam os encargos com a dívida externa, diminuía os gastos sociais do governo brasileiro. Estes, partindo do índice 100 em 1980, haviam aumentado para 103 em 1981 e seguiram a seguinte seqüência no período de 1982 à 1986: 96, 72, 82 e 91. Dessa forma, quanto mais recursos financeiros o país exporta, menos serão os recursos disponíveis para serem aplicados nas melhorias sociais para milhões de brasileiros²⁴.

No Brasil, o salário mínimo representa, na década de 80, cerca de 50 a 60 dólares mensais. Neste período cerca de 20 milhões entre os 60 milhões de pessoas consideradas economicamente ativas ganharam até um salário mínimo. Disso concluiu-se que um trabalhador brasileiro não especializado ganha em um ano o que um trabalhador francês, com a mesma qualificação, ganha em um mês. Além disso, o trabalhador especializado, em países como a França, recebem uma pequena fração do que as empresas transnacionais produzem nesses países, os chamados capitalistas centrais. Dados do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos mostram que os monopólios norte-americanos pagam entre 14,4 e 17,5 dólares por hora a seus trabalhadores nos países da Europa e somente 1,4 e 1,3 dólares no Brasil e México, respectivamente²⁵.

²³ SILVA, José Graziano da. *Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste, Situação Atual e Perspectivas*. pp. 137.

²⁴ SANDRONI, Paulo. *Balança de Pagamentos e Dívida Externa*.

²⁵ VELOSO, J. Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Modernidade e Pobreza*. pp. 173.

Segundo o censo agropecuário de 1980, a expectativa de vida é de somente sessenta anos no Brasil, baixando em regiões como o Nordeste, para 51 anos, e em estados desta região, como a Paraíba, cai para 44 anos. Os 40 milhões de nordestinos estão condenados a viverem, em média, 23 anos a menos do que os habitantes dos países altamente industrializados.

A mortalidade infantil situa-se no Brasil, segundo a UNICEF, entre 60 e 80 de cada mil crianças nascidas vivas. Além disso, morrem mil crianças entre zero e dois anos de idade por dia e cerca de 400 mil morrem a cada ano. Estes são índices alarmantes que só encontram similares em países da África.

A FAO²⁶ divulgou dados que asseguram que cerca de 86 milhões de pessoas no Brasil alimentam-se com a quantidade mínima aceitável de calorias por dia e que a produção de alimentos básicos que compõem a dieta popular como feijão, arroz e farinha de mandioca, foi reduzida nos últimos anos, enquanto a produção de soja destinada fundamentalmente à exportação, aumentou enormemente, chegando as colheitas a passarem de 1 para 23 milhões de toneladas entre 1970 e 1989.

As doenças parasitárias afetam em torno de 110 milhões de brasileiros. Uma delas, o chamado "Mal de chagas", vitima 11 milhões de pessoas; outra como a esquistossomose, 13 milhões. O mais grave, porém, é que várias das doenças transmissíveis aumentaram sua incidência nos últimos anos, coincididamente nos anos da dívida externa e do FMI. Assim, a tuberculose, cujo índice era de 45,7 casos notificados por 100 mil habitantes em 1973, passou para 60,5 por 100 mil habitantes em 1986. A hanseníase subiu de 6,8 casos em cada 100 mil para 17. A leishmaniose tegumentar de 2,8 para 11,4 casos. A malária cuja incidência estava quase liquidada em 1973 (76 mil casos notificados), incrementou-se violentamente: 443 mil casos em 1986 segundo dados da UNICAMP.

É importante frisar que a recrudescência de todas essas doenças é consequência da degradação cada vez mais gritante das condições de vida do povo

²⁶ PELIANO, Anna Maria T. M. Coord. *O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar*. Março de 1993. Documento de Política Nº 14.

brasileiro, que vive em sua grande maioria, na mais absoluta miséria e sem qualquer tipo de assistência médica, ainda que seja atenção primária à saúde.

O país vem destinando cerca de 85% dos recursos destinados à saúde para serem aplicados na área de medicina curativa, ou seja, no atendimento secundário e terciário em detrimento da atenção primária à saúde, que é, indubitavelmente, a atenção responsável pela melhoria das condições de saúde da população. Neste sentido prioriza-se a chamada medicina de ponta, altamente sofisticada, dispendiosa, nem sempre eficaz e feita para uma minoria privilegiada²⁷.

Disso conclui-se que apenas 15% dos recursos destinados à saúde são aplicados na área de saúde pública, ou seja, no tratamento de endemias, na área de prevenção, imunização, educação sanitária e planejamento familiar.

Apesar das evidências irrefutáveis de que a medicina preventiva é pelo menos cinco vezes mais eficiente no salvamento de vidas e infinitamente menos onerosa, o Brasil continua a insistir em investir na priorização da medicina curativa.

Cabe destacar que a expectativa de vida da população e a mortalidade infantil não são quase afetadas pelo atendimento hospitalar. O que na verdade determina os dois indicadores citados é o que se gasta com saneamento básico (principalmente água) e em saúde pública. Especificamente com relação ao saneamento no Brasil, é sabido que até meados da década de 80, eram investidos apenas 2,4% dos seus gastos sociais. Hoje acredita-se que esse investimento seja menor.

No que se refere à assistência médica especializada, sabe-se que aquilo que se gastaria para fornecer tratamento especializado gratuito para cerca de 12 mil pessoas, seria suficiente para assistir primariamente 40 mil pessoas. É curioso lembrar que, em regiões como o Nordeste, o gasto médio por habitante em assistência médica tem sido metade daquilo gasto no Sudeste.

²⁷ VELOSO, J. Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Modernidade e Pobreza*. pp. 174.

Este quadro só confirma a profunda desigualdade social entre as diversas regiões brasileiras, evidenciada, entre outras coisas, pela imensa dificuldade ao acesso à assistência médica básica, experimentada sobretudo pelos mais pobres. Essa realidade é profundamente mais grave nas zonas rurais e no interior do Brasil, onde o atendimento, quando existe, é extremamente precário e sucateado. No que se refere ao número de profissionais de saúde, como o médico, cujo número mínimo por região é baseado no número de habitantes, existem regiões no interior do Brasil onde não há um só médico e a população não dispõe de nenhum tipo de assistência médica ou atenção primária à saúde.

No setor da indústria farmacêutica a situação não é diferente. Os produtos farmacêuticos, na sua maioria, não passam por um adequado controle de qualidade, o que propicia a produção e comercialização de produtos suspeitos para o consumo e passíveis de provocar danos até letais à saúde.

Estima-se que no Brasil 78% dos gastos destinados à saúde são utilizados para subsidiar hospitais especializados em atenção secundária e terciária, localizados sobretudo nos grandes centros urbanos. Em contrapartida, apenas 22% são destinados à assistência básica de saúde. A falência notória do sistema previdenciário brasileiro penaliza sobretudo os mais pobres que não têm acesso aos planos privados de saúde, restando-lhes a humilhação das filas e das longas e intermináveis esperas nos hospitais ainda conveniados com o agonizante Sistema Único de Saúde. Esta fração da população faz parte de um Brasil sem cidadania, sem valor e sem qualidade de vida. É importante frisar que essa mesma fração da população colocada à margem da sociedade, contribui para a geração dessa riqueza e desses recursos públicos, através dos impostos e que deles não usufruem. Isto é, não existe uma política com conteúdo social²⁸.

O índice de analfabetismo em maiores de 15 anos, no Brasil, é de 20%, alcançando em estados do Nordeste níveis entre 42,4% e 53,6%. O PNAD de 1986 mostra que 7 milhões de alunos foram matriculados na 1ª série do primeiro grau e

²⁸ VELOSO, J. Paulo dos Reis. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Modernidade e Pobreza*. Ed. Nobel. São Paulo 1991. pp. 30-43.

somente 3 milhões na 3ª série, o que significa que a maior parte desses alunos abandona a escola. Isto confirma a avaliação de que, na nova geração, um em cada dois brasileiros está condenado ao analfabetismo²⁹.

É sabido que o ensino universitário no Brasil recebe o maior percentual de recursos destinados à área da educação, e que, nos anos 70, o número de matrículas crescia a taxas entre 20% e 25% a a . O MEC gasta cerca de 80% do seu orçamento total custeando 53 universidades e instituições isoladas, o que evidencia claramente a priorização do ensino superior em relação ao 2º grau³⁰.

Enquanto isso, o ensino básico enfrenta problemas graves. O índice de repetência na 1ª série é algo em torno de 50% e para completar 5 anos de escolaridade os alunos levam em média 8,4 anos³¹.

Esse quadro coloca o Brasil em pé de igualdade com países como Paraguai e Bolívia, no que se refere à qualidade do ensino brasileiro.

Disso depreende-se que o modelo de desenvolvimento do país negligenciou os problemas sociais, subestimando a sua superação como sendo condição básica para o desenvolvimento a longo prazo. Isto porém, coloca o país diante de uma grande questão, qual seja, o baixo nível de instrução, informação e de qualidade de vida da imensa maioria da sociedade brasileira.

De outro lado, como é sabido, o novo paradigma industrial exige uma qualidade do trabalho (capital humano) que não estamos em condições de oferecer. Ou seja, 40% da força de trabalho industrial têm curso primário (1ª fase) completo e dos restantes 60% metade são analfabetos e a outra metade tem alguma instrução, mas são incapazes de interpretar um simples manual de trabalho. São os chamados

²⁹ Idem 28.

³⁰ Idem 28.

³¹ Idem 28.

analfabetos funcionais. Esta última parcela operaria no paradigma industrial anterior, mas não no atual³².

Vale a pena chamar a atenção também que nos anos 70, enquanto a PEA-rural ocupada nas atividades agropecuárias decresceu à taxa de 1% ao ano, a PEA-rural ocupada em atividades não-agrícolas cresceu a taxa de 5,2% ao ano. No período 1981/90, enquanto a taxa de crescimento das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias cresceu apenas 0,7% ao ano, a das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas cresceu 5,9% ao ano. Em resumo, a urbanização da agricultura vem se acelerando não mais apenas pelo crescimento da PEA agrícola que tem domicílio urbano, mas também pelo crescimento da PEA não-agrícola que tem domicílio rural. Em outras palavras, já não se pode mais caracterizar o mundo rural como um espaço eminentemente agropecuário. Hoje a ele se agregam outras dimensões não produtivas, como lazer, comércio e preservação ambiental. Esse crescimento do emprego rural não-agrícola vem ocorrendo de forma generalizada em outros países latino-americanos. (Fonte: PNAD_s 1981-1990).

³² ALBUQUERQUE, C. F.; VILLELA, R. C. de. *Situação Social no Brasil, um balanço de duas décadas*. Nobel. 1991. pp.43-57.

CAPÍTULO III

CRESCIMENTO, CRISE E QUALIDADE DE VIDA

Primou-se nos dois primeiros capítulos deste estudo por mostrar que, na década de 70, vivenciou-se um período de crescimento econômico que provocou o aumento do emprego e da renda, além da formação de um mercado de consumo em massa, fruto de uma política de investimentos externos que ficou evidenciada no decorrer desse período com as tentativas em manter o padrão de crescimento. Na década seguinte, porém, o que se viu foi uma queda vertiginosa dos indicadores econômicos, a qual suscitou a política de ajuste econômico.

Porém, neste processo de crescimento e crise entre as décadas de 70 e 80, detecta-se, paradoxalmente, que o desempenho do nível de qualidade de vida apresentou sinais concretos de melhorias mais significativas na chamada "década perdida", quando comparado com o desempenho de mesmo nível durante o período de crescimento econômico.

De outro modo, o terceiro capítulo objetiva mostrar que não obstante a constatação da melhora notável do nível de qualidade de vida a partir da análise dos indicadores econômicos, não é possível, a partir disso, preconizar formas de intervenção política, já que não se pode ignorar que muitos dos elementos que se associaram ao conjunto da modernização, da elevação da produtividade e urbanização, também foram responsáveis por inúmeros problemas sociais, tais como expulsão das populações do campo e profundas desigualdades regionais. Em função desse entendimento é que se acreditou ser necessário analisar e medir o nível de qualidade de vida nas diferentes regiões do país, a partir de dados disponíveis para construir um índice de qualidade de vida que permita estabelecer conclusões que traduzam a real situação da qualidade de vida no Brasil.

3.1. QUALIDADE DE VIDA

O tema qualidade de vida possibilita diferentes hipóteses temáticas que se desdobram dele ou que nele se acham inseridas. Neste primeiro momento, far-se-á uma reflexão abrangente do tema de tal forma que se possa apreender as inter-relações que o mesmo encerra.

Acredita-se, todavia, que o melhor caminho neste processo de busca e apreensão, tenha como ponto de partida uma reflexão crítica em torno do comportamento da população e dos níveis de qualidade praticados.

Parece pois fundamental, neste exercício, deixar claro que não convém que se faça uma análise neutra, apolítica. Necessário se faz um envolvimento político que possibilite uma avaliação profunda e conseqüente. Dessa forma, essa postura implica em opções, rupturas, decisões, estar a favor ou colocar-se contra determinados conceitos ou posições. Porém este imperativo exige sobretudo postura ética e democrática, além de vigilância permanente no sentido de garantir coerência entre discurso e prática.

Foram os gregos os primeiros a se preocuparem com a qualidade das coisas, dos objetos, dos seres. Essa preocupação tem seguimento com a ciência moderna, tendo sido porém LOCKE quem sistematizou a questão no seu AN ESSAY CONCERNING HUMAN UNDERSTANDING. Nesse estudo metuculoso ele classifica as qualidades em primárias, secundárias e terciárias.

Segundo LOCKE, a qualidade primária independe, para sua existência, da presença de um observador, do movimento, figura, forma, impenetrabilidade ou dureza, enquanto que as secundárias existem como conteúdo de consciência como dor, cor, gosto, cheiro, etc. A terciária soma à primária e à secundária. São valores que atribuímos às coisas³³ que têm sua qualidade primária.

³³ "cada coisa consiste em sua aptidão para satisfazer as necessidades ou servir às comodidades da vida humana" (LOCKE, John, SOME CONSIDERATIONS ON THE CONSEQUENCES OF THE LOWERING OF INTEKEST. 1691. IN: WORKS. EDIT. LONDRES, 1777 V. II, p. 28.)

É porém, qualidade terciária a que, sobretudo, interessa aqui na análise da qualidade de vida.

Uma primeira questão que se coloca é a de que, assim como é impossível pensar o comportamento humano de forma neutra, é igualmente impossível pensar a valorização que a ela se dê, neutralmente. Não há qualidade por que lutemos, no sentido de assumi-la, de com ela re-qualificar a prática do comportamento humano, que possa ser considerada absolutamente neutra. Isto na mesma medida em que valores são vistos de ângulos diferentes, em função dos interesses de classes ou grupos. É que há formas antagônicas de ver a verdade, a dos dominantes e a dos dominados. No fundo, ocultar ou desocultar verdades não é uma prática neutra.

Na verdade, contudo, a explicitação do significado do tema qualidade de vida vem à tona quando se interroga sobre de qual tipo de qualidade de vida se trata. Far-se-á nesse estudo uma análise da qualidade que caracteriza a vida da população de um país, a partir de indicadores sociais que permitem, com certa precisão, elaborar conceitos, opiniões e propor medidas efetivas visando a superação dos problemas. Alguns desses indicadores são esperança de vida da população ao nascer, número de médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso ao saneamento básico, à terra, distribuição de renda, além de outros indicadores sociais, especialmente os relacionados à educação, como taxa de alfabetização ou quantidade média de anos na escola, que permitem avaliar as condições de qualificação e, portanto, de oportunidade no mercado de trabalho da população de um país.

A qualidade de vida, tal como se analisa nesse estudo, revela aqui a natureza política da qualidade enquanto valor. Não importa em que enunciado se encontrem as qualidades de vida de uma população. Comportamento e qualidade são sempre uma questão política, de forma que fora desta compreensão não é possível entender nem uma nem outra. Não há, enfim, por que lutar por uma qualidade no sentido de reorientar a vida que não implique numa opção política e não demande uma decisão, também política capaz de materializá-la.

Neste contexto, o aspecto demográfico torna-se importante para o estudo da economia de um país em se tratando das questões relativas à evolução da sua

população. Por um lado, a população representa o potencial de consumidores deste país; por outro, parte da população, a chamada população economicamente ativa, representa os potenciais de trabalhadores produtores do país. São os personagens produtores e consumidores do valor.

A população ativa de um país corresponde ao total de pessoas entre 15 e 64 anos não inválidas. Por outro lado, a população economicamente ativa (PEA) é a população que está integrada ao mercado de trabalho. A distribuição regional desta população tem importantes implicações sobre o país, pois é a partir dela que se vai elaborar políticas para os diversos setores. Dessa forma, um país com população eminentemente composta por jovens terá suas políticas direcionadas para setores como saúde e educação infantil, o que implica em custos elevados. Tais prioridades seriam as construções de escolas, creches, postos de atendimento primário à saúde, etc. De outra forma, nos países com população composta predominantemente por idosos, suas atenções se voltam para a área de previdência social. Desta maneira, o aspecto demográfico e o estudo relativo à economia são importantes para a compreensão de problemas populacionais.

Assim, o aumento da população, principalmente a população trabalhadora, provoca o empobrecimento e a piora das condições de vida da população, uma vez que a produção e o emprego não conseguem crescer a taxas tão elevadas. Soma-se a isto o fato de quando esse crescimento se dá por conta da força de trabalho dos níveis de investimentos de capital, ocorre uma profunda limitação do progresso desta sociedade. Por fim, o crescimento populacional provoca também o esgotamento dos recursos naturais. Recomenda-se nestes casos a elaboração de políticas de limitação de natalidade para evitar tais problemas.

Estes dados são fundamentais no sentido de procurar determinar se a questão demográfica e a questão de utilização da capacidade geradora de renda dos adultos³⁴

³⁴ Considera-se como adultos os membros das famílias que tenham pelo menos 18 anos completos. Como renda, considera-se todas as fontes.

no mercado de trabalho, são importantes como fatores explicativos na análise da qualidade da vida da população brasileira.

Esta posição ideológica que prevê a fome e o empobrecimento como consequência diante do desenfreado aumento populacional, não leva em consideração o progresso tecnológico, que garante que o crescimento da renda e, principalmente, a oferta de alimentos se faça a taxas bastante elevadas.

No Brasil, acreditou-se numa grande explosão populacional, mas na realidade o que se verifica na atualidade é uma forte tendência à queda do ritmo de crescimento populacional do país. As projeções para a população no ano 2000, de acordo com as estatísticas demográficas da década de 80, reduziram-se para aproximadamente 165 milhões de pessoas, bem abaixo das antigas previsões.

O crescimento populacional de um país ou região está condicionado a três fatores básicos: mortalidade, natalidade e saldo demográfico. Estes três fatores estão ligados a vários outros fatores dependentes das condições socioeconômicas, quais sejam: o desenvolvimento para a saúde pública, para o controle da nutrição, imunização e de doenças endêmicas, além da habitação, educação e emprego.

É interessante destacar que há algumas décadas atrás considerava-se importante para a família o fato de ter muitos filhos, isto porque acreditava-se que isto levaria ao aumento do rendimento da família e garantir-se-ia, em tese, a assistência aos pais na velhice. Atualmente ter filhos representa custos para a família, não apenas do ponto de vista material, mas também em termos de mobilidade social e oportunidade de emprego.

No quadro internacional constata-se que existem hoje mais de 900 milhões³⁵ de indivíduos vivendo em estado de "pobreza absoluta", estado esse caracterizado por: desnutrição, analfabetismo, doenças, esperança de vida curta e por altas taxas de

³⁵ Banco Mundial, *The World Bank's Support the ALLEVIATION OF POVERTY* (Washington, D.C., 1988), P.I. Um relatório anterior havia mencionado 730 milhões de "pobres famintos" - cuja ingestão calórica diária era tão baixa que os ameaçava de inanição ou desnutrição crônica.

mortalidade infantil. É provável que quase um bilhão de homens, mulheres e crianças vivam subsistindo de forma que, muito embora não ameace a vida, impeça a obtenção de um pouco mais do que apenas as necessidades mínimas. Dessa maneira, a vida de quase dois bilhões dos quase cinco bilhões de habitantes do planeta é marcada por condições de pobreza extrema.

Mais de 80%, portanto, a grande maioria dos indivíduos mais pobres do mundo, vivem em países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. Pelo menos 80%³⁶ dos que vivem abaixo ou próximo do nível de pobreza absoluta no mundo em desenvolvimento, residem em áreas rurais. Esses chamados pobres rurais, dependem, em quase tudo, da atividade agrícola, para sua subsistência. Não obstante, a urbanização vem ocorrendo em um ritmo mais veloz do que em qualquer outra época da história da humanidade e presume-se que, em princípio do Sec. XXI, a maioria dos pobres do mundo estará residindo em áreas urbanas com alimentação insuficiente, moradia precária, falta de higiene e cuidados médicos, carência de bens materiais e de qualificação.

Esforços recentes para recolocar a questão do alívio da pobreza na posição que ocupava na década de 1970 e na agenda de assistência aos países em desenvolvimento, chamaram a atenção para o fato de que a natureza da pobreza e as necessidades dos pobres também mudaram de forma significativa. Isto, considerando que a maioria dos pobres, mesmo os mais pobres, tiveram acesso a algum tipo de tratamento médico, à tecnologia, à infra-estrutura e aos meios de comunicação, que lhes proporcionaram um certo bem estar físico e limitaram a extensão da inanição pelo menos em caso de emergência.

Porém, mesmo se considerando este relativo progresso, a pobreza nos países em desenvolvimento tornou-se mais sólida e mais estrutural nas décadas recentes. Nesses países, cada vez mais os pobres são alimentados e vivem mais, ao passo que percentagem menores deles são absolutamente pobres no sentido de ameaça de vida. Estas tendências revestem-se de conseqüências importantes para o uso, ou abuso, dos recursos naturais pelos pobres nos ambientes em que vivem.

³⁶ Relatório do Banco Mundial - 1988. *Meio Ambiente e Pobreza*. Org. H. Jeffrey Leonard. pp. 22-23.

No Brasil, esta porcentagem é excessivamente grande, já que grande parte da população vive abaixo do nível considerado como pobreza absoluta. A porcentagem de pobres no Brasil tem permanecido aproximadamente constante ao longo do tempo, apesar das elevadas taxas de crescimento do produto até 1980. É verdade ainda, que, ao longo dos anos 70, quando a economia cresceu a taxas especialmente elevadas, a porcentagem de pobres no total da população do país tendeu a se reduzir significativamente.

"Além da renda, existem diversos outros elementos que configuram o bem-estar ou, inversamente, a pobreza numa sociedade. O acesso a serviços públicos essenciais (água e saneamento, educação, energia elétrica, saúde, etc.), por exemplo, é crucial na configuração do bem-estar social. Como mostrou o trabalho coordenado por SILVA (1992) para o IPEA, (o exame dos indicadores sociais constatou a percepção do aumento de pobreza [na década de 80]. Mesmo reconhecendo a queda dos rendimentos reais da população, há sinais de melhoria nas condições de vida, como revelam alguns desses indicadores (...). Nesse sentido, cabe enfatizar a importância do Estado, que através de políticas sociais - algumas até de cunho compensatório - impediu que o quadro de carência adquirisse proporções mais graves. O pacote de investimentos sociais executados na década anterior propiciou uma oferta de serviços básicos que de alguma maneira alcançou os mais diversos segmentos sociais)"³⁷.

Dessa forma, a qualidade de vida entendida como valor, manifesta-se com a deterioração cada vez maior do capital humano, pela degradação ambiental e a pobreza que entraram em conflitos, os quais são visíveis nos centros comerciais e industriais das grandes cidades. As chamadas "reservas de pobreza" se aglomeram em volta desses grandes centros, em condições de absoluta precariedade, típicas das favelas urbanas, completamente vulneráveis a um conjunto de problemas de saneamento, violência urbana, doenças transmissíveis veiculadas pela água, entre outros. Isto, é óbvio, decorre da imensa escassez de valores para este segmento da população, tais como terra, habitação e emprego.

³⁷ (SILVA op. Cit. 49). (Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 31, nº 1. Jan./ mar. 1993. p.24).

Amplia-se assim o fosso entre, de um lado, a maioria, que já foi chamada "setor de subsistência", "setor informal", "os humildes", "os descamisados" e as classes dominantes, substrato tradicional, que tem-se revelado incapazes de assumir seu próprio país e ainda procuram reforçar sua ligação orgânica com o centro, renovando o pacto colonial ao mesmo tempo que aprofunda e consolida a condição de periferia atribuída ao Brasil.

A permanência desta situação e das elevadas taxas de pobreza, apesar do crescimento do produto, exige uma investigação que aponte para os fatores estruturais da questão. Além disto, esta situação, sabe-se, afeta sobremaneira a condição sócio-familiar de parcelas significativas da população, comprometendo sua qualidade de vida.

3.2. METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA

O presente capítulo objetiva a construção de um índice que se justifica à análise quantitativa da qualidade de vida, a partir de estatísticas disponíveis nas diferentes regiões do país como um todo e em cada estado, em particular. Dessa forma, será feita uma investigação de alguns aspectos que permitem a mensuração da qualidade de vida na década de 80, quando o país vivenciou uma assim chamada "paralisia" dos indicadores sociais e econômicos.

A construção de um índice de qualidade de vida será baseada nos dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e sobretudo no Atlas Regional de Desigualdades recentemente publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A metodologia a ser utilizada será uma relação comparativa entre as diversas unidades da federação estudadas pelo IPEA, o qual fornece dados relativos a vários indicadores sociais que subsidiarão a construção de índices parciais e de bem estar

social. Através dessa metodologia é possível compreender as características de cada estado, assim como os contrastes existentes entre as diversas regiões.

Neste sentido, considerando ser o tema qualidade de vida extremamente amplo e de difícil mensuração, optou-se, neste estudo, pela análise de seis indicadores sociais que se considerou serem os que melhor definem o nível de desenvolvimento e portanto da qualidade de vida de uma população. Quais sejam: mortalidade infantil, esperança de vida, taxa de desemprego, renda familiar per capita, taxa de analfabetismo e grau de escolaridade. A partir dessa definição todas as unidades da federação serão estudadas à luz desses indicadores, os quais serão inicialmente convertidos em índices simples que se prestarão à obtenção dos índices parciais. Dessa forma, na tentativa de melhor compreender as características de cada unidade da federação, serão construídos três índices parciais a partir dos índices simples:

ÍNDICES SIMPLES

Índice de Esperança de Vida – IEV

Índice de Mortalidade Infantil – IMI

Índice de Taxa de Desemprego – ITD

Índice Renda Familiar Per capita - IRFPC

Índice Taxa de Analfabetismo – ITA

Índice de Grande Escolaridade – IGE

ÍNDICES PARCIAIS

Índice Saúde – IS

Índice Renda – IR

Índice Educação – IE.

1) ÍNDICE DE SAÚDE, construído a partir do indicador mortalidade infantil cuja análise fornece o número médio de mortes infantis (até 1 ano) por 1000 nascidos

vivos e esperança de vida que se traduz em número médio de anos que um recém nato esperaria viver.

2) ÍNDICE DE RENDA, construído com base nos indicadores da taxa de desemprego, que fornecem a razão entre o número de desempregados e a PEA (População Economicamente Ativa), além da renda familiar per capita.

3) ÍNDICE DE EDUCAÇÃO, que resulta da análise dos indicadores da taxa de analfabetismo e grau de escolaridade das pessoas com 14 anos ou mais, os quais estudando a razão entre a população analfabeta e a população com 10 anos ou mais e o número médio de anos estudados, respectivamente.

Particularmente, no que se refere a este estudo, serão calculados os índices simples conforme tabelas a seguir, com vistas a fornecer subsídios para a construção dos índices parciais acima descritos e o IBES (Índice de Bem-estar Social).

Para construir o IBES seguem-se os procedimentos básicos do índice de Desenvolvimento Social proposto por RODRIGUES³⁸, porém utilizando um número bem maior de indicadores, assim como diferentes índices parciais.

Os passos para obter o IBES são os seguintes:

1º Obtenção dos indicadores simples que, nesse estudo, conforme foi citado anteriormente, foram em número de seis (mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, etc.).

2º Padronização dos indicadores, convertendo-os em índices simples que variam entre 0 e 1, a partir da seguinte transformação (VER TABELAS E ANEXOS DO IPEA):

³⁸ RODRIGUES, M. C. P. *O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro. p. 73-77, 1991.

$$\text{ÍNDICE} = \frac{\text{VALOR DO INDICADOR} - \text{MÍNIMO}}{\text{MÁXIMO} - \text{MÍNIMO}}$$

onde o mínimo e o máximo referem-se ao menor e maior valores do indicador observado entre as diversas unidades da federação. Foram calculadas assim seis índices, utilizando-se a letra I para diferenciá-los dos indicadores:

Exemplo:

TA = Razão entre a população analfabeta e a população com 10 anos ou mais dada em percentual no estado do Ceará em 1985:

$$\text{ITA} = \frac{\text{valor de TA no estado do CE} - \text{valor mínimo de TA}}{\text{valor máximo de TA} - \text{valor mínimo de TA}}$$

$$\text{ITA (ceará) em 1985} = \frac{40,39\% - 7,26\%}{49,69\% - 7,26\%} = 0,7808$$

Esse procedimento foi repetido para todos os indicadores selecionados, obtendo-se índices padronizados GE, TD, RFPC, etc.

3º Obtenção de índices parciais, a partir de médias ponderadas dos índices simples obtidos no passo anterior. Nesse estudo, propõe-se a elaboração, conforme já foi dito, de 03 índices parciais os quais poderão ser construídos a partir dos índices simples:

a) Índice de saúde = IS

IS = IEV + IMI que são os índices padronizados acima.

b) Índice de renda = IR

$$IR = ITD + IRFPC$$

c) Índice de educação = IE

$$IE = ITA + IGE$$

4º Obtenção do índice de bem-estar social (IBES), a partir da média aritmética dos 3 índices parciais.

$$IBES = IS + IR + IE$$

Os pesos utilizados nos índices parciais são importantes nos resultados obtidos para índice geral e, obviamente, não há regras fixas nem formas totalmente objetivas para definir tais pesos.

3.3. ANÁLISE DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA.

A construção do índice permitirá mostrar alguns aspectos da qualidade de vida na década de 80, em alguns Estados do país e será baseada nos dados do Atlas Regional da Desigualdade, elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Aplicada). A metodologia para construir o índice de qualidade de vida foi inspirada nos índices de bem-estar social para a Agricultura de Kageyama³⁹ e Rehder⁴⁰, e do índice de desenvolvimento social de Rodrigues⁴¹.

³⁹ Professora livre-docente do Instituto de Economia da UNICAMP – Campinas – SP.

⁴⁰ Estatístico do Instituto de Economia da UNICAMP. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília V. 31. Nº 1. p. 9-22.

⁴¹ RODRIGUES, M. C. P. *O Índice de Desenvolvimento. Conjuntura Social e Econômica*. Rio de Janeiro. p. 73-77, 1991.

O primeiro esclarecimento necessário diz respeito ao universo analisado. Em princípio, o interesse recaía sobre a qualidade de vida entre a década de 70 e 80. Porém, os indicadores disponíveis (Atlas Regional da Desigualdade do IPEA) só apresentam dados a partir de 85, o que restringiu o universo pesquisado.

Outra questão está relacionada à noção de desenvolvimento de um país ou região. Já mencionado no primeiro capítulo e que inclui não apenas o crescimento econômico, traduzido em expansão dos setores produtivos, especialmente a indústria e o aumento da renda per capita ou renda nacional, mas abrange também aspectos distributivos e outros relativos à qualidade de vida da população.

Os conceitos de qualidade de vida são, por sua vez, extremamente variados e de difícil mensuração, mas há um certo consenso sobre a inclusão de algumas variáveis básicas num conceito deste tipo. Entre essas variáveis é inegável que a educação, saúde e renda são essenciais como indicadores de desenvolvimento social.

Além desses problemas conceituais, há ainda uma extensa controvérsia a respeito do uso de indicadores individuais ou da adoção de um índice único composto a partir desses índices. Existem argumentos contrários e favoráveis a essa proposta. Contra a idéia do índice unitário, argumenta-se que não é necessário porque se pode ter uma "imagem da qualidade de vida" a partir do conjunto das variáveis originais; a dificuldade da operação faz com que tanto os métodos como os resultados sempre dêem margem a controvérsias. A seu favor, pondera-se que uma das formas de aferir o "desenvolvimento" é pelo aumento do nível de vida e é útil que se possa expressá-lo num único número. Enquanto não se tenta fazê-lo, continua-se a usar o valor monetário da renda per capita, o que pode ser pior, uma vez que medida sintética não acrescenta mais informações, mas apenas usa uma forma mais convincente de expressar as informações originais dos indicadores.

Em resumo, a mensuração da qualidade de vida ainda é um tema que requer muitas pesquisas. Mesmo depois de se obter um índice de nível de vida ou bem-estar, há toda uma discussão em torno da relação entre crescimento econômico e qualidade de vida, ou da interdependência entre os elementos econômicos e sociais.

Os índices sociais, seguindo quaisquer das metodologias, termina por mostrar os extremos contrastes entre as diversas unidades da federação e por conseguinte, entre as diversas regiões do país, onde percebe-se que os brasileiros estão vivendo cada vez mais tempo, mas que os paraibanos nascem hoje com uma expectativa de vida vinte anos menor que a dos gaúchos⁴². O analfabetismo, em média, está em queda no país, porém a evolução é muito mal distribuída. No campo, por exemplo, há quase três vezes mais analfabetos do que nas cidades. Nas regiões urbanas do Sul e Sudeste, o analfabetismo fica abaixo de 7%, enquanto que na área rural do Piauí, pula para 33%. O nível de escolaridade mais baixo do país é do Nordeste. Lá, em área rural, são analfabetos 26% dos jovens entre 15 e 19 anos, ou seja, os meninos recém-saídos da faixa de idade em que a escola é obrigatória.

Para o índice "mortalidade infantil" os resultados variam entre 0 (Maranhão) e 1 (em Pernambuco) para o ano de 1985. Observa-se que o menor e o maior índice verificou-se em dois estados da mesma região, o Nordeste, sendo o Maranhão, um estado sabidamente dos mais carentes da federação que exhibe o menor índice de mortalidade infantil. É bastante provável, pois, que isto possa ser atribuído à subnotificação dos óbitos em menores de 01 ano, explicada pelo grande número de crianças que falecem antes mesmo de receberem qualquer tipo de assistência médica, seja por dificuldade de acesso aos serviços de saúde, ou seja pela total ausência deles. No ano de 1990, o mesmo índice mostra que neste ano (1990) o Maranhão já apresenta um discreto aumento do seu índice de mortalidade infantil, que era 0 em 1985 passando para 0,0898 em 1990. Já no estado de Pernambuco que exibia o maior índice em 1985, apresenta sinais tímidos de recuperação em 1990. Atente-se, porém, para o fato de que neste ano o estigma de campeão do número de mortes infantis continua a recair sobre um estado do Nordeste. A Paraíba, mais uma vez, curiosamente, outro estado do Nordeste, aparece ostentando o menor índice de mortalidade infantil daquele ano (1990); o Piauí, que apresenta, ao mesmo tempo, os valores mínimos para quase todos os índices parciais. Mais uma vez atribuímos este fato à subnotificação dos óbitos em menores de 01 ano, que também justifica o desempenho do Maranhão no ano de 1985. Portanto, o que se percebe é que a desigualdade regional no Brasil não ocorre apenas entre as regiões, há disparidades

⁴² LAVINAS, Lena. Coordenadora do Atlas Regional da Desigualdade.

significativas também entre a cidade e o campo, entre os Estados da mesma região e até entre municípios vizinhos.

O índice "esperança de vida", que corresponde ao número médio de anos que um recém-nato esperaria viver, no ano de 1985, apesar de alguns Estados carecerem de dados, como é o caso da região Norte, merece destaque do Estado do Rio Grande do Sul que exibe o maior índice no ano de 1985, seguido de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. No que se refere ao Nordeste, a Paraíba se apresenta como o Estado com a menor expectativa de vida, chegando a ser de vinte anos a diferença em relação ao mesmo índice no Rio Grande do Sul. Porém, o ano de 1990 reserva uma surpresa para o mesmo índice: A Paraíba permanece detentora da menor expectativa de vida e é o Estado de Roraima quem superou o do Rio Grande do Sul, de forma não tão significativa. Esta situação aparentemente privilegiada do Estado de Roraima pode ter duas razões: a primeira pode ser explicada em razão da fase de expansão e de desenvolvimento através de programas sociais que os Estados da Região Norte experimentaram. A outra explicação, mais provável, seria devido a grande escassez de serviços de atendimento materno-infantil naquele Estado e em consequência, o grande número de partos domiciliares, sem assistência médica especializada, que resultam em subnotificação de nascidos vivos, óbitos. Some-se a isso as condições adversas de nascimento e de vida. Para 1990 o mesmo índice apresenta uma melhora na média nacional em relação a 1985, porém todos os Estados nordestinos ficam abaixo desta média, embora alguns deles apresentem números mais significativos.

No que se refere ao índice "taxa de desemprego", verifica-se que, em 1985, a região Norte através do estado do Amapá, ostenta o menor índice de desemprego, enquanto o Rio de Janeiro figura com o maior índice, seguido de São Paulo que fica ligeiramente abaixo. Todos os Estados da região Norte vão apresentar um baixo nível de desemprego, provavelmente pela grande oferta de serviços públicos que caracteriza a região. Porém em 1990 os dados já dão sinais de esgotamento desta fonte. A partir de 1985 as regiões mais industrializadas já apresentam elevados índices de desemprego, como é o caso do Rio de Janeiro e São Paulo. Isto está ligado às transformações que o mercado de trabalho vem sofrendo com a automação. Sabe-se que no país os trabalhadores sem carteira assinada ocupam uma fatia crescente no mercado, isto não apenas pelo desempregado que sobrevive do mercado informal,

mas também pelo engenheiro que saiu do emprego quando sua empresa promovia a terceirização e continua trabalhando para ela através de contrato. Esta é uma problemática nacional que tem provocado a multiplicação das fronteiras internas do país. As cidades mais ricas de porte médio do Sul fecham suas portas às correntes migratórias internas sempre que no resto do país a situação aperta, isto para não arriscar a sua qualidade de vida com entrada de brasileiros pobres, analfabetos, desnutridos.

Em 1990, é o Nordeste, mais uma vez, que se destaca ao apresentar o Estado do Rio Grande do Norte como o de maior índice de desemprego traduzindo o agravamento da situação econômica da região e conseqüente empobrecimento crescente da população. No que tange ao menor índice de desemprego em 1990, o Mato Grosso, na região Centro-Oeste, é que vai aparecer juntamente com os demais Estados da região, por apresentarem, no período, significativos aumentos nas taxas de progresso relativo, confirmando a característica de concentração na do desenvolvimento brasileiro agrícola, que sob vários aspectos (distribuição espacial da indústria, modernização agrícola e distribuição de renda), tende a beneficiar aqueles Estados que já detêm as melhores condições.

Com vistas à uma análise mais fundamentada do índice de renda per capita na década de 80, tomar-se-á por base de Angela Kageyama e Paulo Rehder, do índice. O Bem-Estar Rural no Brasil na década de oitenta, segundo a qual a evolução do índice nesse período (1981-1990), apesar de positiva, é considerada em termos puramente numéricos. No entanto, quando se considera uma década de recessão e instabilidade econômicas como foi a década de 80, essa evolução tem aspectos prováveis que merecem destaque. Segundo este trabalho o índice de bem-estar só não cresceu mais devido ao comportamento altamente desfavorável do índice de renda, que sofreu variação negativa considerável, (em até -20% no período). Os demais componentes do índice tiveram evolução positiva, destacando-se a melhoria observada nas condições dos domicílios.

Com a relação ao índice da Renda familiar per capita, tanto nos anos de 1985 como em 1990, a renda manteve-se sem alterações acentuadas, segundo os índices sociais. Nas duas amostragens é o Estado do Maranhão o detentor da menor taxa de

renda per capita do país, enquanto o Distrito Federal possui a maior taxa. Aliás, o Distrito Federal em todos os índices ocupa um lugar bastante privilegiado, conforme pode-se observar mediante análise das tabelas anexas. Os Estados da região Norte aparecem com taxas superiores às demais regiões, com destaque para Rondônia que só fica atrás do Distrito Federal, isto em 1985. Em 1990 estes Estados já apresentam uma queda nas taxas. O Nordeste mais uma vez se apresenta com as menores taxas de renda per capita do país.

Uma questão particular que pode estar contribuindo para que o Distrito Federal se destaque com a maior Renda per capita do Brasil, são os programas de Renda mínima dos municípios, que dentre oitenta existentes no país, três estão funcionando em Campinas, Ribeirão Preto e Brasília. Não por acaso, são os municípios mais ricos que estão desenvolvendo estes programas, com restrições contra "pobre" vindos de fora. Em Brasília, só se qualifica para receber um auxílio de complemento direto da renda quem mora no Distrito Federal há, pelo menos, cinco anos. Com relação a isto não há uma política nacional para equalizar, esses programas pioneiros devido à pressão das populações dos municípios vizinhos.

Ainda em relação à renda per capita no Brasil, a partir de 1985, ela se apresenta com extremas desigualdades principalmente com as mudanças no mercado de trabalho. A renda, por exemplo, de um mecânico que está estabelecido por conta própria parece ter crescido em algumas regiões. Em Pernambuco, um autônomo ganha em média 60% a 70% menos do que em São Paulo. No Nordeste o trabalhador com carteira assinada recebe 50% do salário médio do Distrito Federal. E, se trabalha por conta própria no Piauí ou no Maranhão, essa relação desce para 25%. No país 54% das mulheres que trabalham não têm carteira assinada; mas nessas condições, elas ganham em São Paulo 475,85 reais. Em Pernambuco 4% disso, na Paraíba 30% e no Maranhão, 15%. Este é um retrato da disparidade da renda no Brasil segundo Lena Lavinás pesquisadora do IPEA. (Entrevista concedida a revista Veja, em 26 de fevereiro de 1997)

No índice "taxa de analfabetismo" no ano de 1985 o Estado nordestino do Piauí aparece ostentando o maior índice e Roraima, na região Norte, o menor índice. No que se refere ao primeiro dado, percebe-se que o Estado do Piauí detém os piores

índices da Federação, considerando os seis aqui estudados. Quanto ao fato do Estado de Roraima apresentar o menor índice da taxa de analfabetismo, deve-se levar em consideração a precariedade dos serviços locais de estatística e não exatamente o avanço e desenvolvimento do estado, pela razão de que cinco anos depois, 1990, Roraima apresenta uma taxa de analfabetismo bastante elevada, superior a 80% da taxa atingida em 1985. Para o índice de 1990 é o Distrito Federal que passa a apresentar o menor índice de analfabetismo. Nesse mesmo ano, o Piauí mostra uma queda de sua taxa em relação à 1985, mas o Nordeste continua detentor das piores taxas. Desta vez é o Estado de Alagoas que apresenta a maior taxa de analfabetos da Federação. Podemos considerar, dessa forma, que o analfabetismo em alguns estados apresenta uma queda. Isto é, nas regiões Sul e Sudeste, o analfabetismo fica abaixo dos 7%. No Nordeste salta para mais de 30%.

Dos seis índices estudados, "grau de escolaridade" que fornece o número médio de anos estudados, não apresentou alteração nos dois anos analisados (1985 e 1990), ou seja, tanto o menor como o maior são atribuídos aos mesmos estados. O menor índice no que se refere a "grau de escolaridade" foi o do estado do Piauí, e o maior o do Distrito Federal, o que confirma sua ligação com o índice de analfabetismo, onde estes mesmos estados apresentaram as taxas maiores e menores, com o estado de Alagoas alternando com o Piauí. É importante atentar para o fato de que no ano de 1985 o Estado de Alagoas não apresentou dados para este índice.

Na análise do "nível de escolaridade" o mais baixo do país é atribuído ao Nordeste. Ressalte-se que nesta região 26% dos jovens com idade entre 15 e 19 anos são analfabetos.

Percebe-se pois, que uma análise global desses índices, aponta para a heterogeneidade do país. O Brasil apresenta uma face de desigualdades regionais recrudescente. Isso quase três décadas após um período em que a distância entre os Estados ricos e os Estados pobres vinham-se encolhendo lentamente. Os programas de desenvolvimento regional foram abandonados e as diferenças voltaram a crescer. E essa tendência pode ser vista nos indicadores de renda, escolaridade, emprego, etc, o que só confirma o comprometimento do nível da qualidade de vida no Brasil.

Outra questão a se destacar é que o problema da desigualdade regional no Brasil não diz respeito somente aos estados do Nordeste. Há diferenças profundas também em todas as outras regiões, entre cidade e campo, entre Estados da mesma região e entre municípios de um mesmo Estado.

TABELA 1 – ÍNDICES SOCIAIS POR REGIÕES – 1985.

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
RO	0,6410	0,1432	0,3161	0,7991	-	0,4262
AC	0,5268	0,3502	0,8161	0,6206	-	0,6311
AM	0,6410	0,0813	0,6074	0,4427	0,8035	0,6065
RR	0,8344	0	0,3285	0,7813	-	0,6639
PA	0,6223	0,1164	0,6280	0,4061	0,7381	0,4672
AP	0,7342	0,1251	0	0,4829	-	0,2459

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
MA	0,0046	0,8545	0,2458	0	0,4191	0
PI	0	1	0,2107	0,0010	0,5150	0,0327
CE	0,0396	0,7808	0,4194	0,1143	0,1004	0,3114
RN	0,2447	0,7706	0,7603	0,1423	0,0395	0,2295
PB	0,1911	0,7481	0,7438	0,1130	0	0,6147
PE	0,2494	0,6884	0,6673	0,1785	0,1301	1
AL	-	-	-	-	0,0974	0,7213
SE	0,1375	0,7492	0,4421	0,1499	0,4172	0,1885
BA	0,1445	0,6686	0,4731	0,2147	0,5192	0,2295

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
MG	0,4265	0,2934	0,6280	0,3505	0,7148	0,1885
ES	0,4941	0,3195	0,5247	0,4442	0,8724	0,2213
RJ	0,8251	0,0674	1	0,6944	0,7186	0,1967
SP	0,6783	0,0020	0,9214	0,7445	0,7308	0,1311

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
PR	0,4335	0,2333	0,5330	0,4139	0,3814	0,1311
SC	0,5641	0,0846	0,5185	0,4125	0,8583	0,0327
RS	0,6293	0,0923	0,5392	0,6132	1	0,0573
MT	0,3799	0,3292	0,1404	0,3893	0,8081	0,0983
MS	0,4405	0,1965	0,4710	0,4365	0,8241	0,1721
GO	0,3986	0,3132	0,4297	0,3760	0,7335	0,0819
DF	1	0,0848	0,8202	1	0,8214	0,0819
BRA	0,4332	0,3497	0,5071	0,3969	0,4708	0,2985
MIN.	2,65	7,26	0,14	76,38	44,35	22
MÁX.	6,94	49,69	4,98	433,74	70,62	144

FONTE: IPEA

GE – Grau de Escolaridade

TA% – Taxa de Analfabetismo

TD% – Taxa de Desemprego

RFPC – Renda Familiar Per Capita

EV – Esperança de Vida

MI – Mortalidade Infantil

TABELA 2 – ÍNDICES SOCIAIS POR REGIÕES – 1990.

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
RO	0,5238	0,1307	0,6891	0,4015	0,5520	0,5617
AC	0,4693	0,3538	0,3397	0,2492	0,6018	0,5056
AM	0,6598	0,0263	0,5865	0,6025	0,7149	0,9887
RR	0,8344	0,0306	0,0576	0,8827	1	0,8876
PA	0,5918	0,0820	0,5769	0,3507	0,6470	0,6629
AP	0,7392	0,1473	0,0544	0,3603	0,8733	0,3370

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
MA	0,0294	0,8687	0,0480	0	0,4072	0,0898
PI	0	0,9247	0,0192	0,0111	0,5158	0
CE	0,0476	0,8715	0,2115	0,0669	0,1402	0,1685
RN	0,2358	0,7977	1	0,0982	0,0407	0,1460
PB	0,1700	0,8549	0,5769	0,0956	0	0,6853
PE	0,2562	0,6967	0,5160	0,1512	0,1312	0,9213
AL	0,0385	1	0,3237	0,0963	0,0904	1
SE	0,1292	0,7957	0,0288	0,1375	0,4208	0,1797
BA	0,1337	0,6990	0,7628	0,1677	0,5022	0,2921

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
MG	0,4240	0,2168	0,3814	0,2877	0,6606	0,2247
ES	0,4739	0,2889	0,3942	0,3397	0,8009	269613
RJ	0,7664	0,0260	0,8108	0,5363	0,6832	0,2921
SP	0,6734	0,0143	0,8974	0,6629	0,6877	0,2022

UF	GE	TA%	TD%	RFPC	EV	MI
PR	0,4603	0,1621	0,4551	0,3264	0,6968	0,2134
SC	0,5283	0,0517	0,1318	0,4130	0,7737	0,1011
RS	0,6077	0,0297	0,3301	0,4437	0,9457	0,1123
MT	0,3628	0,3232	0	0,3027	0,7194	0,1573
MS	0,4489	0,1762	0,3685	0,3445	0,7375	0,2584
GO	0,3900	0,2991	0,2756	0,3668	0,6380	0,1348
DF	1	0	0,7115	1	0,7420	0,2359
BRA	0,4228	0,3799	0,4050	0,3344	0,5662	0,3703
MÍN.	3,08	8,52	1,92	83,99	53,7	14
MÁX.	7,49	43,54	5,04	531,54	75,8	103

FONTE: IPEA

GE – Grau de Escolaridade

TA% – Taxa de Analfabetismo

TD% – Taxa de Desemprego

RFPC – Renda Familiar Per Capita

EV – Esperança de Vida

MI – Mortalidade Infantil

CONCLUSÃO

Primou-se, neste trabalho, por analisar as diferenças do nível de qualidade de vida entre as décadas de 70 e 80 consideradas como períodos de crescimento e crise respectivamente, e por medir os níveis da qualidade de vida em 1980, período supostamente conhecido de "década perdida", a partir da construção de um índice de qualidade de vida, baseado nos dados do Atlas Regional da Desigualdade do IPEA.

Na década de 80, a maioria dos estados brasileiros apresentou um quadro de problemas que pode ser considerado grave. Porém, os indicadores de natureza mais estrutural, como analfabetismo, grau de escolaridade, esperança de vida, parecem refletir uma lenta melhoria, enquanto indicadores de renda foram profundamente afetados por fatores conjunturais, mostrando uma piora em quase todas as regiões do país.

Entre os fatores determinantes dessa melhoria progressiva da qualidade de vida na década de 80, atribui-se aos pacotes de programas sociais realizados no período um papel fundamental.

A partir dos indicadores sociais foi construído um índice de qualidade de vida, que apresenta como resultado, progressos de ordem estrutural e ao mesmo tempo confirma as grandes disparidades regionais existentes no Brasil.

A evolução da qualidade de vida na década de 80 com base nos dados que vão de 1980 à 1990 e de 1985 à 1990, mostra um "progresso efetivo" em relação a cada estado, porém o ritmo deste progresso é bastante variado. No Nordeste, por exemplo, os acréscimos foram bem inferiores às outras regiões, tendo havido inclusive uma deterioração das condições de vida nos estados do Piauí, Alagoas e Paraíba, este último apresentando uma expectativa de vida vinte vezes menor do que o Rio Grande do Sul. Já no Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal, por exemplo, houve melhorias notáveis, principalmente no emprego e na alfabetização, determinando assim um maior distanciamento entre os estados pobres e ricos.

Os números no Nordeste não se apresentam tão favoráveis, mas isto não quer dizer que a desigualdade no Brasil é só em relação ao Nordeste. Há diferenças enormes também entre a cidade e o campo, entre estados da mesma região, até entre os municípios vizinhos.

Na realidade não há programas de desenvolvimento regional e as diferenças tendem a crescer. E essa tendência pode ser vista em indicadores de renda, escolaridade e nas demais analisadas.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1

Taxa de Desemprego (razão entre o número de desempregados e a PEA).

ANEXO 2

Renda Familiar (em R\$ de outubro/1996).

ANEXO 3

Esperança de vida (nº médio de anos que um recém-nato espera viver).

ANEXO 4

Grau de Escolaridade das pessoas com 14 anos ou mais (nº médio de anos estudados).

ANEXO 5

Mortalidade Infantil (nº médio de mortes infantis (até 1 ano) por 100).

ANEXO 6

Taxa de Analfabetismo (razão entre a população com 10 anos ou mais).

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Carlos A. Souza, Herbert de. *O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil; A Crise Fiscal*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO IBGE, 1952-1974 E 1963-1974.

BANCO MUNDIAL – TAXAS DE CRESCIMENTO PARA O BRASIL.

BANCO MUNDIAL, THE WORLD BANK'S SUPORT THE ALLEVIATION OF POVERTY – 1988.

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Económico Brasileiro*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1991.

CENSOS DEMOGRÁFICOS – DE 1970, 1980 E 1990.

CRACKER, David. "Qualidade de Vida e Desenvolvimento: O Enfoque Normativo de Sem e Nussbaum". In *Lna Nova-Revista de Cultura e Política/ São Paulo*, Ed. Marco Zero. CEDEC, nº 31; pg. 99-134; 1993.

FURTADO, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. MEC/ISEB. Rio de Janeiro, 1958.

----- *Formação Econômica do Brasil*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1959.

----- *Brasil: Tempos Modernos*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1968.

----- *O Brasil Pós "milagre"*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

----- *A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo)*. Paz e Terra.
Rio de Janeiro, 1982.

GOLDIN, Ian. **REZENDE**, Gervásio Castro de. *Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento Numa Economia em Crise*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

HOFFMANN, R. *Vinte Anos de Desigualdade e Pobreza na Agricultura Brasileira*.
Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, 30 (2) 97-113, abr/jun-1992.

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1991.

KAGEYAMA, Angela. **REHDER**, Paulo. *O Bem Estar Rural no Brasil na Década de Oitenta*. Revista de Economia e Sociologia Rural, 1993.

JOFFREY Leonard H. *Meio Ambiente e Pobreza. Estratégia de Desenvolvimento para uma Agenda Comum*. Ed. ZAHAR, 1988. Pp. 22-23.

LAVINAS, Lena. *Atlas Regional da Desigualdade*.

LOCK, John. *Some Considerations on The Consequences of The*. 1961. Edit.
Londres.

MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de Estado e Modelo Prático no Brasil*. Ed.
Graal, 1977.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Ed. Polis/Vozes. São Paulo, 1984.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Os Economistas. Ed. Nova Cultura.

MELLO, J. Manoel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1982.

MULLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. HUCITEC.

NAPOLÉONI, Cláudio. *SMITH, RICARDO, MARX*. Ed. Graal, 1978

PELIANO, Anna Maria T. M. Coord. *O Mapa da Fome: Subsídio à Formulação de Segurança Alimentar*. Doc. de Política Nº 14 Março de 1993. IPEA.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DOMICILIAR – PNADs – 1981 – 1990.

PUIG, Carmem Soriano. *O Rosto Moderno da Pobreza*. Ed. Global. Vozes. Rio de Janeiro, 1995.

RODRIGUES, M. C. P. *O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, fev. 1993. P.45-51.

SANDRONI, Paulo. *Balança de Pagamento e Dívida Externa*. Ed. Ática. São Paulo, 1989.

SANTOS, Theotônio dos. *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1993.

SCHILLING, Paulo R. *Dívida Externa, Fuga de Capitais e Custos Sociais*. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. CEDI. São Paulo, 1990.

Seminário Sobre Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro. (ANAIS). SUDENE. Recife, 1984.

SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. *Economia e Sociedade*. Revista Instituto de Economia e Pobreza no Campo.

SILVA, José Graziano da. *Urbanização e Pobreza no Campo?*

SING E TABATABAI (1990 p. 482) *World Development Report*. 1990 (Tab. 2 p. 180-181).

SILVA, L. C. E. (coord). *O Que Mostra os Indicadores sobre a Pobreza na Década Perdida*. Texto para discussão nº 274. Brasília, IPEA. Agosto de 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. ASSIS, J. Carlos de. *O Grande Salto para o Caos*. São Paulo, 1986.

VASCONCELOS, Marcos Sandoval de. GREMOND, Amaury Patrick. JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Economia Brasileira Contemporânea*. Atlas. São Paulo, 1996.

VELOSO, J. Paulo dos Reis. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Modernidade e Pobreza*. Ed. Nobel. São Paulo, 1991.